**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA**

**COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E O FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO DE 2019, ÀS 14H, NA CÂMARA DE VEREADORES DE LAGES, NO MUNICÍPIO DE LAGES**

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Bernardete Sant’Ana)** — Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa tarde.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início a este evento convocado pela Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a excelentíssima senhora Deputada Estadual Ada De Luca, atendendo requerimento da excelentíssima senhora Deputada Estadual Marlene Fengler, que inicialmente nos convida a assistir ao vídeo denominado “Sozinhas”, produzido pela jornalista Angela Bastos e equipe.

(*Procede-se à projeção do vídeo “Sozinhas”, que conta a história de mulheres do campo que sofreram violência.*) (*Palmas.*)

 **A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER** — Boa tarde.

(*Passa a ler.*) Já vi esse documentário dezenas de vezes e, todas as vezes em que vejo, ainda me emociona. É uma realidade que parece muito distante de nós, uma realidade do campo, mas é possível que do nosso lado alguma amiga, alguma vizinha esteja sofrendo algo parecido e nós nem conhecemos, nem sabemos.

Mas, inicialmente, quero dizer que é muito bom estar aqui, compartilhar experiências e, juntos, construirmos um caminho para romper com o ciclo de violência contra as mulheres no nosso Estado. Vocês viram que esse vídeo foi feito em 2017 para mostrar a violência que as mulheres sofrem no meio rural. Mas se fosse feito hoje, aqui na cidade, também teríamos depoimentos como o da dona Joana, dizendo que a morte não acontece na primeira briga; ou como disse a dona Lucimar, que a maioria sofre calada. Vai falar, e depois? Vai para onde?

Essas mulheres sofrem em silêncio, têm vergonha, têm esperança que o companheiro vai mudar e, principalmente, a maioria tem muito medo. Elas têm muitas barreiras para superar, até ter a coragem de denunciar.

Vocês lembram o caso da Luíza Brunet? Quem iria pensar que ela era vítima de violência? Ela sofreu calada até ter a coragem de romper o ciclo e denunciar o ex-companheiro, que é um empresário rico e poderoso. Ela venceu a vergonha, mas nem todas conseguem. Teve também o caso da advogada do Paraná, Tatiane Spitzner, que foi morta pelo marido no ano passado. Ela gritou, correu, pediu socorro, mas não conseguiu se salvar.

(*Enquanto a Deputada Marlene Fengler fala, nos telões são projetadas imagens e várias fotografias dos casos citados.*)

Esses casos que foram notícia no Brasil e no mundo mostram que a violência está em todo lugar, atinge mulheres de todas as idades e de todas as classes sociais. É preciso que trabalhemos juntos para acabar com essa escalada.

No Brasil, a cada três mulheres, uma já foi vítima de violência. Em Santa Catarina, só em 2019, já tivemos 28 casos de feminicídios. Pelas pesquisas, em cerca de 60% dos casos os agressores são conhecidos das vítimas. E apesar do tanto que se fala sobre o assunto, mais de 50% das mulheres ainda se calam.

Hoje o dia é de falarmos muito sobre esse assunto; mas, mais do que isso, é de nos unirmos em torno de ações que mudem essa realidade.

 **A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Bernardete Sant’Ana)** — Para debater o crescimento da violência contra as mulheres e o feminicídio em Santa Catarina e traçar estratégias de enfrentamento, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa está realizando desde o mês de maio, e vai até o mês de julho, seis audiências públicas de abrangência macrorregional. Um dos objetivos é o intercâmbio de ações preventivas que são desenvolvidas por órgãos e entidades em Santa Catarina. Para a Deputada Marlene Fengler, requerente dessas audiências, integrar as iniciativas que estão sendo colocadas em prática é fundamental.

Convidamos para compor a mesa as seguintes autoridades: a excelentíssima senhora membro da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputada Estadual Marlene Fengler; o excelentíssimo senhor Prefeito de Lages, Antônio Ceron; o excelentíssimo senhor Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Lages, Alexandre Karazawa Takaschima, representando a senhora coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Desembargadora Salete Silva Sommariva; a excelentíssima senhora Promotora de Justiça da Comarca de Lages, Mônica Lerch Lunardeli, representando o Ministério Público do Estado de Santa Catarina; o senhor assessor da Promotoria-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, Fábio Mafra Figueiredo, representando a excelentíssima senhora Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas de Santa Catarina, Cibelly Farias; o excelentíssimo senhor Defensor Público, Anderson de Oliveira Euriques, representando a excelentíssima senhora Defensora Pública-Geral do Estado de Santa Catarina, Ana Carolina Dihl Cavalin; a senhora coordenadora estadual das Delegacias de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (Dpcamis), Delegada de Polícia de Entrância Especial, Patrícia Maria Zimmermann D’Ávila; asenhoraSecretária Municipal de Políticas para a Mulher de Lages, Marli Nacif; a senhora da Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil-Lages (OAB/SC), Maeve Jasper Zepelini, representando a senhora presidente da Comissão da Mulher Advogada do Estado de Santa Catarina, Rejane da Silva Sanchez; a senhora coordenadora do Fórum de Mulheres do Mercosul e presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Lages, Erli Camargo; o excelentíssimo Subcomandante do 6º Batalhão da Polícia Militar de Lages (BPM), Major Frederick Rambusch, representando o Tenente-Coronel Alfredo Nogueira dos Santos; o excelentíssimo senhor Delegado de Polícia Civil da Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (Dpcami) de Lages, Renan Pellenz Scandolara.

Registramos a presença das seguintes autoridades: do senhor Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Lages, Amarildo Farias; da senhora assessora parlamentar, Silviane Manrich, representando a Deputada Federal Carmen Zanotto; da excelentíssima senhora Delegada-Geral Adjunta da Polícia Civil de Santa Catarina, Ester Fernanda Coelho; da senhora diretora do Instituto Dorvalino Comandolli (IDC) de Lages, Fernanda Coelho; e da senhora Vereadora de Lages e presidente da Frente Parlamentar pelo Fim da Violência Contra a Mulher, Aida Hoffer.

O Cerimonial convida a excelentíssima Deputada Estadual Marlene Fengler para proceder à abertura oficial desta audiência pública e presidir os trabalhos.

Uma ótima audiência a todos e a todas.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler) —** Boa tarde, mais uma vez.

Eu quero aqui agradecer aos membros da mesa por virem aqui hoje, por prestigiarem esta audiência pública tão importante; ao Prefeito anfitrião, por participar e nos honrar com a sua presença.

Primeiro, dizer que o formato que estamos adotando nessas audiências públicas, na verdade, é muito informal. É um formato de compartilhamento de experiências dos representantes dos órgãos que estão aqui. Cada um tem, sem dúvida nenhuma, iniciativas e ações muito importantes, as quais já realizam e contribuem em muito para o que pretendemos ao final dessas audiências públicas ⎼ como resultado desse trabalho, em parceria com todos esses órgãos ⎼ que é institucionalizar uma rede de proteção. O Ministério Público de Contas, que já tem uma experiência, apresentou-nos uma proposta e vamos compartilhá-la com todos ao final das audiências públicas, mas tenho certeza que a contribuição de cada um aqui será extremamente importante para o sucesso deste trabalho.

(*Passa a ler.*)

“Mais uma vez, agradeço a presença de vocês. Hoje, nós estamos aqui, em Lages, realizando a quarta audiência pública de uma série de seis encontros para discutir a violência contra as mulheres e o feminicídio.

Nos nossos encontros anteriores, que foram em Joinville, em Florianópolis e em Blumenau, tivemos depoimentos valiosos, conhecemos ações que já estão sendo realizadas e que, certamente, podem ser replicadas e servir de inspiração para outras cidades e entidades. Eu acredito que também teremos muitas experiências para compartilhar hoje, aqui em Lages, por exemplo, a Secretaria Municipal de Políticas para a Mulher, de Lages, que acho ser a única no Estado. Parabéns.

Cada uma dessas audiências tem trazido para mim, e tenho certeza que para muitas pessoas, um grande aprendizado, um enorme aprendizado.

A ideia não é apenas nos determos aos números, que infelizmente colocam Santa Catarina como um dos Estados brasileiros mais violentos para as mulheres. O que me fez solicitar essas audiências foi a intenção de juntar os atores envolvidos na questão para conhecermos as iniciativas exitosas e trabalharmos em conjunto, cada um dentro da sua esfera de atuação e competência. Eu desejo que, ao concluirmos essa jornada, tenhamos conseguido traçar um diagnóstico sobre o mapa da violência contra as mulheres em Santa Catarina e entender o que está faltando para que possamos avançar nos programas de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres.

Precisamos saber o que está sendo feito e o que ainda falta fazer. E eu acredito que é fundamental incluir nesse debate as ações para recuperar o agressor.

Nós vamos exibir um vídeo a seguir, de um experimento com crianças feito pela Prefeitura de Macapá, que mostra que é preciso ir além da punição, é preciso tentar resgatar o menino que um dia habitou esse homem que hoje agride e mata.

(*Procede-se a execução do vídeo de experimento com crianças feito em Macapá/Brasil.*)

Não é natural para uma criança agredir outra sem motivo. Então, não pode ser natural que ainda hoje homens agridam e matem motivados por ciúmes, por sentimento de posse e por se acharem donos. O que acontece na trajetória dessa criança que se recusa a dar um tapa e depois, quando cresce, agride e às vezes até mata? Entender isso e atuar na educação de meninos e meninas é parte desse processo de desconstrução da violência contra as mulheres. Eu acredito muito que juntos seremos capazes de criar e aprimorar políticas públicas mais eficientes e com menos custos para o Estado e, consequentemente, para a sociedade. Eu defendo a participação da Assembleia Legislativa como um agente catalisador dessas iniciativas.

Como uma das medidas práticas, após a série de audiências será realizado um seminário para reunirmos todas as propostas, os encaminhamentos e as experiências desses encontros.

Outra alternativa fundamental é a criação de um grupo de trabalho que atue como elo entre todos os atores envolvidos nessa jornada, para que nós não percamos a oportunidade de avançar na construção de uma parceria em rede que tenha efeito prático e que seja capaz de mudar o cenário atual da violência contra as mulheres no nosso Estado.”

Agora, só vou acertar uma dinâmica da audiência para que possamos oportunizar a fala de todos os interessados. A ideia é que cada um fale oito minutos para que possamos ouvir suas experiências. Para a doutora Patrícia, que apresenta um projeto, o tempo é um pouco mais longo. Para que todo mundo possa falar e colocar as suas experiências, vamos tentar respeitar esse tempo e depois vamos estipular cinco minutos para cada participante da plateia fazer pergunta ou dar sua contribuição.

Eu sei que o Prefeito Antônio Ceron tem outros compromissos, mas gostaria que ele falasse um pouquinho para nós das experiências aqui de Lages, que é um dos únicos, senão o único Município de Santa Catarina que tem essa Secretaria − pelo que também já o parabenizo − e quem sabe essa seja uma experiência dinâmica e positiva que possamos utilizar e nos inspirar nela para a formalização da rede de proteção que queremos criar ao término dessas audiências.

Com a palavra o Prefeito de Lages, Antônio Ceron.

**O SR. PREFEITO ANTÔNIO CERON (Lages/SC) —** Boa tarde a todas e a todos.

Cumprimentando a Deputada Marlene, quero cumprimentar toda a comitiva de apoio da Assembleia Legislativa que está aqui. Eu quero parabenizá-la, Deputada, por este evento e por debater com a sociedade de Santa Catarina um tema que é tão importante e necessário em um momento que o mundo, o Brasil, Santa Catarina e todos nós vivemos sem saber o que vai acontecer amanhã, em todos os sentidos: econômico, social, de costumes, etc. Então, parabéns por esta iniciativa da Assembleia e por ter escolhido Lages. De maneira econômica, eu quero cumprimentar, na pessoa do doutor Takaschima e da Marli, Secretária Municipal de Políticas Públicas para a Mulher, todas as autoridades que estão aqui.

De maneira bem respeitosa, sem gastar os oito minutos, quero dizer que fiquei contente... não é um puxão de orelha, mas uma advertência, eu fiquei sabendo desta reunião, porque a Deputada me ligou: Olha, não vou conseguir passar na Prefeitura para te dar um abraço. E eu respondi: Mas, eu vou, aí, te dar um abraço na Câmara de Vereadores. Então, com certeza, eu acho que tem que ser feita uma divulgação melhor para os próximos eventos, porque um evento deste merece mais público, Marli, mas parabéns pela iniciativa.

Quando nós assumimos a Prefeitura, Deputada Marlene e todo mundo que está aqui, evidentemente, que se tem um contexto de compromissos para cuidar da cidade como um todo, mas nós elencamos três prioridades: a criança, o idoso e a mulher. Nós temos em torno de duas mil [crianças] e, se Deus quiser, até o final do ano, esperamos zerar as filas nas creches de Lages. Com a construção do Centro Dia do Idoso, no Bairro Centenário, nós ficamos certamente entre as três cidades com melhor estrutura para atender os idosos, dentro de Santa Catarina... aqui em Lages.

Nós encaminhamos a esta Casa uma reforma administrativa – quero cumprimentar aqui os Vereadores Amarildo, Pedro Figueiredo e Aida –, diminuímos seis Secretarias e criamos uma. Era um compromisso pessoal meu, devido às andanças que tenho, pois eu tenho muitos anos de vida pública. Era um motivo ruim para nós, Secretária Marli − nós já fomos Secretários do Estado −, porque Lages tinha a marca da cidade mais violenta de Santa Catarina. Era um título que não orgulha nenhum de nós, não orgulha! Era uma desonra a todos nós, lageanos, termos essa pecha, essa marca que era uma realidade. Foi por isso que nós criamos a Secretaria Municipal de Políticas para a Mulher. Eu pedi à Marli que fosse a Londrina, no Paraná, pois é um dos Municípios que tem [Secretaria] e também nos baseamos na Secretaria de São Paulo, outro Município que tem a Secretaria da Mulher, foi o que encontramos no Brasil. Criar mais uma estrutura? Não. É para colocar na pauta de Lages esse débito que tínhamos com a mulher, e para que pudéssemos trabalhar ela e também com a conscientização da população, com o envolvimento de toda a sociedade.

Fiquei feliz (*ri*) com o vídeo do debate daquelas crianças, porque sempre que vou às escolas faço esse tipo de pergunta e é essa a realidade, essa maneira espontânea, talvez se espelhando no pai, na mãe, nos irmãos mais velhos. E com a nossa Secretária de Educação, primeiro a Valdirene e hoje a Ivana, podemos levar para dentro da escola fundamental de Lages esta pauta, do cuidado e do carinho com a mulher. Por que temos que ter esse carinho? Porque muitas vezes... e o serrano era metido, tinha fama de machista... colocar no sentimento qual a maneira que tínhamos para interagir aqui, na nossa sociedade.

Fico feliz com os resultados, mas a Secretária tem muito mais dados, Marlene. E gostaríamos que isso inspirasse e que outros locais colocassem isso como prioridade de verdade. Os fatos que acontecem dentro da Secretaria Municipal de Políticas para a Mulher, a Marli pode colocar com mais propriedade, são de assustar. Eu vou só contar um caso que aconteceu lá na casa de apoio, que é o abrigo onde as mulheres ficam, enquanto resolvem o problema até poderem voltar para a sociedade, para o *status quo* de sua vida. Uma criancinha, de 3 anos ou 4 anos, chegava nas monitoras e pedia: Eu quero uma faca. Ia na outra: Eu quero uma faca. Aí, a Secretária e as monitoras perguntaram: Mas por que você quer uma faca? E ela respondeu: Eu quero fazer o que o pai quer fazer com a minha mãe. Só para vocês entenderem a cabecinha das crianças, a maneira como elas são criadas. Se o Poder Público não coloca esse tema como a prioridade na conscientização das novas gerações... você não vai começar a resolver de cima para baixo, tem que contemporizar o *status quo* em que nós estamos e preparar os nossos meninos e as nossas meninas para que tenham respeito por todos; mas, de maneira muito especial, pela mulher.

Essa é a minha contribuição, muito rápida, mas quero agradecer a você, Marlene, a toda equipe e a todos os Deputados da Assembleia por colocarem na pauta de prioridades da Assembleia Legislativa o caso humano, o caso da sensibilidade, porque lá, geralmente, há briga... nós sabemos como é o Parlamento.

Muito obrigado. (*Palmas.*) [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Obrigada, Prefeito Ceron.

Vou aproveitar a oportunidade para ter o compromisso de vossa excelência para assinar o Pacto Maria da Penha, eu acho que já devem ter conversado sobre isso também, aproveitando para atender à solicitação da representante do Estado (*ri*) para que, mais tarde, a gente possa conversar. Mas que assuma esse compromisso.

Obrigada.

Com a palavra o doutor Alexandre Karazawa Takaschima, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Lages, representando a coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Desembargadora Salete Silva Sommariva.

**O SR. JUIZ ALEXANDRE KARAZAWA TAKASCHIMA** — Boa tarde a todos e a todas.

Infelizmente, a Desembargadora Salete Sommariva não pôde comparecer neste evento, tragicamente faleceu o esposo, recentemente. Então, ela pediu para que eu a representasse.

 Fico muito honrado, é até um sentimento contraditório, pois da mesma forma que fico feliz, por reencontrar várias pessoas, pois até parece uma reunião de rede; mas também angustiado da necessidade de tomada de providências. E neste momento, seguindo o protocolo que a Deputada Marlene sugeriu, tenho inclusive algumas sugestões da minha própria instituição, o Poder Judiciário. É uma coisa que nós estamos debatendo com a Desembargadora Salete, apesar desse movimento que o Judiciário está fazendo, de especialização de unidades para julgamento de crimes de violência doméstica.

Tirando por Lages, eu posso falar pelo o que eu estou vivenciando. Infelizmente, nós não temos espaços adequados, o Fórum é um único corredor onde o agressor e a vítima ficam aguardando a audiência, no mesmo ambiente. Muitas vezes, as vítimas vêm acompanhadas de filhos menores, pequenos, e não temos um espaço lúdico para que essas crianças permaneçam. Infelizmente, ficam todos amontoados no corredor.

Então, tem uma questão de humanização de espaços, que já está na pauta do Tribunal de Justiça, mas com certeza esbarramos numa questão orçamentária muito forte. Mas eu acho que sempre é possível fazermos esse olhar crítico para que a nossa instituição também não seja mais revitimizadora dessas mulheres. A busca por uma sala para aguardar as audiências, um espaço mais lúdico para essas crianças, nós estamos tentando com a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar para fazer esses avanços.

Também é preocupante, e nisso talvez a Assembleia possa nos auxiliar, as medidas protetivas. Nós estamos fazendo um fluxo totalmente manual. Quando eu defiro as medidas protetivas, eu comunico à Delegacia da Mulher, à Rede Catarina, à Polícia Militar, enfim, a toda a rede. E eu vejo que talvez algo como o Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP), ou o próprio Sisp ou o i-PEN, enfim, nós temos ferramentas que podem, através... eu acho que o órgão competente para nos auxiliar nessa parte de informática seria o Ciasc, para que possamos automatizar essa informação em relação às medidas protetivas, para que, efetivamente, toda a rede possa ter essa informação, se estão ativas ou se não estão ativas as medidas protetivas. Eu acredito que Santa Catarina poderia avançar bastante nessa questão da rede de comunicação entre os órgãos. Estamos fazendo, mas via *e-mail*, algo bem manual e artesanal. Acredito que a parte de informática poderia nos auxiliar bastante nessa questão de comunicação.

Eu acho que Lages, das comarcas que eu já trabalhei, efetivamente é privilegiada pela estrutura de rede que nós temos, apesar dos altos índices de violência, temos essa possibilidade, tanto do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, toda a rede, tanto da Polícia Militar, da Delegacia. Nós estamos especializando, mas o próprio vídeo nos mostra que tem uma questão cultural que precisa ser trabalhada com as novas gerações. E acredito que, dentro dessa nossa rede, nós precisaríamos trabalhar forte com isso, porque eu achava que a minha geração, eu sou de 1973, é que tinha um pensamento sobre o masculino que precisava ser trabalhado, mas vejo que muitos jovens estão aparecendo lá na minha unidade repetindo os mesmos erros da minha geração. Então, infelizmente não foi possível ainda quebrar esse ciclo da violência, e mais do que o meu papel, que estou fazendo atualmente lá na 2ª Vara Criminal na punição desses agressores, eu acho que o trabalho preventivo teria que ser melhor refletido por mim, e talvez se a Assembleia Legislativa puder nos auxiliar nessa questão de uma mobilização. Acho que é um trabalho contínuo que precisa ter um *start* aqui na nossa região.

De minha parte, seriam essas as minhas contribuições. Fico à disposição para qualquer outro esclarecimento que a senhora precisar e agradeço o convite.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler) —** Muito obrigada, doutor Takaschima, pela sua contribuição extremamente importante.

Com a palavra a Promotora de Justiça da Comarca de Lages, doutora Mônica Lerch Lunardeli, representando o Promotor de Justiça Jádel da Silva Júnior, coordenador do Centro de Apoio Criminal e também secretário do Grupo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (Gevim) do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

**A SRA. MÔNICA LERCH LUNARDELI —** Boa tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar especialmente a doutora Patrícia, uma pessoa com quem eu trabalhei, meu marido trabalhou, minha irmã e meu cunhado (*ri*). É muito bom revê-la e saber que a senhora está em uma pasta tão importante da Polícia Civil.

Eu trabalho aqui com a violência doméstica junto com o doutor Takaschima, e a minha promotoria, além disso, tem atribuição no controle externo da atividade policial. E, como a gente também está tratando de feminicídio, só para esclarecer, essa atribuição não é minha, crimes contra a vida, consumados ou tentados, ficam com outros dois Promotores de Justiça aqui de Lages, da 1ª Promotoria e da 11ª Promotoria, que são Promotores de excelência no júri. Como o convite veio ontem às 19h − pelo doutor Jádel, eu não tinha audiência hoje, e também por estar trabalhando com violência doméstica − eu não tive muito tempo para me preparar, mas eu trouxe alguns dados da Promotoria de Justiça, até para a gente conhecer um pouco da realidade de Lages e saber o que está sendo feito, em nível estadual, pelo Ministério Público.

A minha promotoria trabalha com situações de crimes de lesão corporal e de ameaça, então, que não tenham relação de crimes contra a vida. Eu trouxe alguns dados, de janeiro de 2019 a junho de 2019, da nossa realidade, o que a gente tem hoje. A minha promotoria é uma das comarcas mais assoberbadas de procedimentos, justamente em razão do número elevado de denúncias que são feitas aqui em Lages, apesar de ter um número grande de violência. A gente não tem noção do que é a cifra negra, mas o que chega até nós é bastante ⎼ tanto é que a Dpcami daqui de Lages é uma das delegacias mais assoberbadas de trabalho.

Nesse período foram oferecidas 157 denúncias de violência doméstica, e a maioria de violência física, casos de lesão corporal, justamente porque nesses casos a vítima não pode se retratar. Então, chegando ao conhecimento do Estado, existindo prova da materialidade e de autoria, o Ministério Público tem obrigação de denunciar. Acho que, justamente por isso, são os maiores casos levados adiante no sistema de Justiça. As outras situações, de injúria e de ameaça, são o maior número de procedimentos, mas chegam até o Judiciário e muitas vezes ficam no meio do caminho, porque as mulheres se retratam dessas situações. Tivemos 25 denúncias de descumprimento da medida protetiva, de urgência. Foi criminalizada no ano passado a questão do descumprimento e em razão da atuação da Rede Catarina, em conjunto com a Polícia Civil, enfim, nós tivemos um número elevado de denúncias.

O que a gente constata? Que a maioria das vítimas são companheiras ou ex-companheiras, então, essa relação de afeto que é mantida entre eles ainda é a maior causa, é onde acontecem as maiores violências, nesse tipo de relacionamento. E, mães e filhas, há um número menor, que geralmente é associado ao uso de drogas e bebidas alcoólicas em excesso, não sendo a razão, mas sendo uma das causas potencializadoras dessa violência.

Nós tínhamos dezessete presos preventivos, nesse período de seis meses, somente de violência doméstica, então a 2ª Vara, que é do doutor Alexandre, além dos crimes de tráfico e roubo, tinha acho que mais da metade de presos da Lei Maria da Penha, o que é um número elevado para a comarca.

Para, rapidamente, falar da relação do Ministério Público com as outras instituições, hoje nós temos aqui a Rede Catarina, com dois policiais excelentes, vocacionados, a Camila e o Maicon, que estão aqui. A gente tem um relacionamento de WhatsApp, de ligar de tarde, justamente por não ter esse sistema integrado, muitas vezes eles ligam: Ó, tem medida protetiva vigente? Tem. Foi intimado? Não, só a mulher foi intimada. Então, por ainda não haver esse sistema integrado, a gente tem essa dificuldade de toda a Rede estar sabendo se está em vigor, se está intimado, e eles têm esse contato aberto, esse canal aberto com a gente no Ministério Público, assim como no Judiciário.

Polícia Civil, também hoje a Dpcami, conta com dois novos Delegados, o Roberto e o Renan, que estão aqui, que vieram com gás, e isso reflete no número de procedimentos da minha promotoria, porque, numa média diária, acho que entram vinte inquéritos novos, porque eles estão trabalhando, efetivamente, junto com as duas psicólogas policiais, também duas meninas excelentes, engajadas em projetos que existem, e que não foram falados pelo doutor Takaschima, da Justiça Restaurativa, que eu acho que é algo importante a se falar.

O nosso relacionamento com a Secretaria Municipal de Política para a Mulher é também de *e-mail*, de telefone, e acho que tanto de um lado quanto do outro a gente está com as portas abertas para o que precisar. E com o Judiciário, todo mundo sabe que o doutor Takaschima é uma unanimidade, às vezes recebe elogio das vítimas, pela forma como ele trata a mulher, e estamos com o projeto em andamento, da Justiça Restaurativa − depois, se for o momento, ele pode falar − que se busca, então, trabalhar o homem, a mulher, no primeiro momento, com círculos de construção de paz.

Finalizando, quero dizer que o Ministério Público, em nível estadual, tem um Grupo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Gevim), do qual eu faço parte com alguns outros Promotores do Estado, com reuniões, em média trimestrais, para nós discutirmos. Agora estamos discutindo o formulário Frida, pois o Estado de Santa Catarina é um dos locais onde vai ter esse treinamento. E uma campanha que está em andamento, provavelmente em agosto saia, com o objetivo de trabalhar com os adolescentes na escola, especialmente os meninos, adolescentes do sexo masculino, trabalhar as masculinidades positivas e quebrar o estereótipo que se tem ainda hoje, estereótipos machistas, de que homem não chora, de que homem não pode ser sensível, até para não se reproduzirem essas práticas de machismos que ainda existem. Acho que vão mais alguns anos para nós conseguirmos quebrar essa questão, que é cultural, mas que também depende da questão da educação.

Acho que seria essa a minha contribuição, e o Ministério Público se coloca à disposição também para o que for preciso.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Muito obrigada.

Doutor Takaschima, o senhor quer falar a respeito da Justiça Restaurativa?

**O SR.** **ALEXANDRE KARAZAWA TAKASCHIMA** — Na verdade, o Tribunal de Justiça tem um projeto piloto, na Capital e aqui em Lages, em relação à Justiça Restaurativa. Foi em 2017 que fizemos uma formação de setenta facilitadores aqui em Lages, e um dos eixos que estamos trabalhando é com a questão da violência doméstica, da educação e do socioeducativo. E na violência doméstica o nosso projeto é, justamente como a doutora Mônica falou, trabalhar as vítimas e os agressores. Estamos também com a Secretaria da Mulher, pensando, além da Justiça Restaurativa, na questão dos grupos reflexivos.

É uma proposta de ressignificação das relações e dos conflitos. Nós estamos fazendo esse trabalho com voluntários e, graças à contribuição do Prefeito Ceron e da Secretária Marli, nós conseguimos agora um espaço físico na Praça do CEU para a realização desses trabalhos. Iniciamos recentemente a quarta frente, que seria a Justiça Restaurativa com a comunidade.

Eu sou suspeito, porque eu acredito muito na questão de que somente por meio do diálogo nós vamos poder transformar essa realidade que nós temos, coisa que no meu ambiente de trabalho é difícil, pois a sala de audiência não me proporciona esse tempo e esse contato, tanto com os agressores quanto com as vítimas. Então, por meio de um grupo maravilhoso que nós temos aqui em Lages, de facilitadores, nós estamos fazendo esse novo olhar em relação aos conflitos, especialmente da violência doméstica. E, principalmente para mim, tem sido um grande aprendizado esse autoconhecimento das minhas violências, da minha masculinidade.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Que bom, muito obrigada.

Com a palavra a coordenadora estadual das Delegacias de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (Dpcamis), Delegada de Polícia de Entrância Especial, Patrícia Maria Zimmermann D’Ávila.

**A SRA. PATRÍCIA MARIA ZIMMERMANN D’ÁVILA** — (*Cumprimenta os componentes da mesa e demais presentes*.)

Sou Delegada de Polícia de Entrância Especial, bacharel em Direito pela Furb, com especialização em Direito Penal e Processo Penal pela Furb, duas especializações e mestre em Ciência Jurídica. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Além de Delegada de Polícia fui professora do curso de Direito da Unidavi; sou professora das carreiras de Delegado, agente, escrivão e psicólogo da Polícia Civil no modo investigação policial, violência doméstica e familiar e violência sexual; e também da pós-graduação da Polícia Civil de Direito Processual Penal.

(*Utiliza imagens em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.*)

A Polícia Civil, no que busca o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, desenvolveu um programa chamado Polícia Civil por Elas. Quando eu ouvi o Prefeito falar, eu me lembrei de que quando iniciei na coordenadoria, em 2015 − lá eu comecei a ter contato mais próximo com o doutor Takaschima em algumas reuniões no Tribunal, ele que sempre nos ajudou muito – porque nós tínhamos a cidade de Lages como a 4ª no *ranking* nacional entre as cem cidades mais violentas do País em número de mortes de mulheres. No segundo mapa subsequente, entre as cem cidades, Lages não apareceu mais, mas apareceu a cidade de Tijucas na 78ª posição com 4 feminicídios. E, Prefeito, estudando o mapa eu descobri que a ONU Mulheres usa como referência a notificação da saúde e esta inclui crimes contra o patrimônio, e aí entra latrocínio e inclui também mortes violentas no trânsito como mortes violentas de mulheres.

Qual é o cuidado? Nós conversamos muito com a própria Deputada Marlene, quando fizermos o trato estatístico temos que ter uma referência de base e para os operadores de direito. Aqui, como Polícia Civil, para nós a morte violenta da mulher é o feminicídio, que foi tipificado em março de 2015 como: a mulher que morre por ser mulher ou em situação de violência doméstica familiar.

E por que isso é tão importante para nós, mulheres? Porque começou a aparecer nas estatísticas, e o Tribunal de Contas fez uma pesquisa muito importante nesse sentido, a mulher que morria da maneira mais cruel que se pode ter. Ela perde a vida ou por simplesmente ser mulher ou por estar se relacionando com uma pessoa que se acha no direito de confiscar a vida dela. Por isso que às vezes, quando falamos em trato estatístico, há essa dificuldade. Daí, aquela Lei do Observatório de Estatísticas da Mulher, que já foi aprovada e que agora falta o decreto regulador... Santa Catarina tendo esse observatório, nós poderemos ter esse trato estatístico para nós, da segurança do Ministério Público e do Judiciário, seguirmos o que diz o Código Penal e a legislação esparsa; já a saúde, não.

O programa Polícia Civil por Elas não é uma invenção da cabeça da Delegada Patrícia e nem do psicólogo Antônio, que trabalha comigo.  Ele foi feito com base no estudo do fenômeno da violência contra a mulher no Estado de Santa Catarina; na Constituição Federal; na convenção sobre a eliminação de todas as formas de violência contra a mulher; na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, que serve de base para a Lei Maria da Penha; na própria Lei Maria da Penha; e na norma técnica de padronização, tanto das Delegacias de atendimento à mulher, como de atenção humanizada à pessoa em situação de violência doméstica familiar.

Essas questões que nós trabalhamos... e eu ouvi o doutor Takaschima falar, quero dizer para o senhor, doutor Takaschima, que acredito muito na Justiça Restaurativa e eu integro o grupo de WhatsApp, apesar de estar um pouco escondida, porque me faltam braços para abraçar tudo o que eu gosto. O problema da violência doméstica e familiar não é algo que se resolve somente na Delegacia de Polícia, no Ministério Público ou no Poder Judiciário. Hoje, o maior desafio que nós temos, eu falo como Polícia Civil, é a mulher que retorna ao convívio com o agressor ou a mulher que − como a doutora Mônica colocou nos crimes de lesão corporal - não pode retirar mais a ação, o que no caso da ameaça ela pode, porque ela se retrata − passa a prestar depoimento defendendo o seu agressor. Isso é um fenômeno emocional, é psicológico vai além da dependência econômica.

Então a questão da violência vai além do processo, ela abrange a complexa relação interpessoal íntima de afeto. Quando nós começamos a escrever o Programa, nós o fizemos em quatro eixos. Passa pelo fortalecimento e escuta ativa da mulher, vou apresentar isso amanhã, pois nós temos uma reunião na Dpcami de Lages e a ideia é criarmos essa estrutura aqui. Nós também trabalhamos com reflexão para homens autores de violência, porque não adianta só prender esse agressor, a prisão é importante para aquele homem que não tem condições de conviver em liberdade. Quando a última maneira de se manter a integridade física ou a vida da mulher for a necessidade da prisão, ele tem que ser preso. Agora, quando ele volta para o convívio social, ele não vai ficar sozinho, ou ele volta para mesma companheira ou ele constitui nova família. Nós temos a reflexão com crianças e adolescentes nas escolas e, doutora Mônica, nós estamos fechando a primeira turma do Polícia Civil por Elas nas escolas em Itajaí. Foi feito o projeto piloto na cidade de Itajaí, a psicóloga Danielle Cadan está encerrando a primeira turma. Semana que vem nós vamos ter reunião com o Secretário de Educação, porque a ideia é estender para todas as unidades do Estado alunos entre oitavo e nono ano. Nós vamos discutir a relação de namoro, a própria relação de gênero, apesar de ter um mito muito grande em cima desse termo, nós vamos explicar o porquê de o homem não poder bater na mulher, porque não resolvemos as coisas somente na agressividade. E também a questão das ações voltadas ao fortalecimento das nossas unidades, que vai tanto da pesquisa de qualidade de atendimento dos nossos policiais civis como melhoria nas condições de atendimento. É importante a articulação em rede para o atendimento dessa mulher, não adianta eu atender essa mulher na delegacia e ela não ter o apoio do restante da rede.

Então, a Constituição Federal já diz que: O Estado assegurará a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito das suas relações.

A Lei Maria da Penha cria mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, que é uma das formas, sim, de violação de direitos humanos.

A complexidade do atendimento especializado para as mulheres vítimas de violência, especialmente no que se refere aos atos de polícia judiciária e à presença de um espaço que garanta direitos e ao acesso à justiça para mulheres em situação de vulnerabilidade. Amanhã, doutor Takaschima, nós vamos lá ver para criar esse espaço de acolhimento e de atendimento. Às vezes, a mulher chega com o bebê de colo e precisa amamentar, precisa trocar fralda ou tem crianças um pouquinho... então, a nossa ideia é olhar o espaço, a doutora Ester está aqui ⎼ eu estou pagando a (*ininteligível*) da minha chefe ⎼ é importante ter uma mulher como Delegada-Geral Adjunta, nós vimos, doutora Ester, que isso mudou, porque o olhar é muito mais aprofundado nessa área. Então, nós temos noção de que, melhorando a sala de acolhimento, começamos a dar um atendimento mais digno para essas mulheres.

Toda mulher, independente da sua classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, que procurar atendimento na Delegacia de Polícia deverá receber atendimento digno, humanizado e respeitoso. Claro, que isso se estende a outros órgãos, mas eu falo aqui em nome da Polícia Civil. A mulher que encontra-se aguardando atendimento deve permanecer em espaço reservado, separado do agressor e separado das outras pessoas que vão lá, às vezes, para registrar um extravio de documento, um furto em residência, entre outras coisas.

Esse acolhimento e oitiva do relato da violência sofrida pela mulher devem ser feitos em local que garanta a privacidade da vítima e do seu depoimento. Por que? Porque o tempo que a mulher leva para romper o silêncio, para vencer a vergonha e para contar aquilo que acontece dentro de casa, ela não faz em qualquer lugar. Ela pode no momento da raiva, no momento da discussão falar qualquer coisa, mas precisamos ouvi-la detalhadamente e atentamente no espaço acolhedor, porque ela pode estar numa situação de risco em que ela não percebe. Por isso, o próprio formulário que vai ser implantado em Santa Catarina ⎼ a doutora (*ininteligível*) comentou comigo que vai ter um treinamento ⎼ é importante porque dá uma noção das situações de risco.

Nós temos mulheres perdendo a vida, chegamos a 28 [casos] este ano e eu olhava as estatísticas em Lages: em 2017 tinha 2 casos, em 2018 tinha 1 caso e em 2019 nós estamos, por enquanto, com 2 casos. Tem muitas vezes em que a mulher não percebe aquele agravamento da tensão da situação de violência e, no primeiro descuido, ela perde a vida. A maioria dos autores usa a faca para matar a mulher, emprego de arma branca, não é arma de fogo. Então, vamos para outra estatística também, porque em torno de 25% a 30% dos autores tiram a própria vida, suicidam-se. E os que não se suicidam acabam sendo presos ⎼ aqui, os dois Delegados da Dpcami não me deixam mentir ⎼ e respondem aos processos presos, porque o Judiciário tem decretado a prisão preventiva e o Ministério Público tem opinado favoravelmente, então, a impunidade não é justificativa para prática de feminicídio.

Outra situação, que a gente busca também, é que o primeiro acolhimento seja feito preferencialmente por policial do sexo feminino, e aqui a gente está identificando das equipes plantonistas, né, doutora Ester, as mulheres com essa capacitação para fazer o primeiro acolhimento e o abraço. Somente a mulher sabe trabalhar na área da violência doméstica e familiar? Não. Nós temos homens que trabalham de maneira muito melhor do que muitas mulheres, acho que os dois Delegados aqui trabalham até muito melhor do que eu quando estava na Dpcami.

A escuta atenta, profissional, qualificada, sigilosa, não julgadora e observadora faz toda a diferença no rompimento do ciclo da violência. Os instantes de silêncio daquela mulher, às vezes, eles nos dizem mais do que as palavras, nós temos que interpretar o comportamento dela. Uma coisa que nós falamos é que ela pode sair e voltar na nossa unidade vinte vezes, trinta vezes e o acolhimento deve ser o mesmo. Por que? Porque é muito inconstante, a mulher oscila muito, representa, desiste ou quando não pode desistir depõe favoravelmente. Eu imagino o Ministério Público em Plenário de Júri, quando no depoimento da vítima ela elogia o homem que tentou tirar a vida dela. Isso é muito difícil. Então, o rompimento do silêncio, do isolamento, dos atos de violência aos quais são submetidas. A salvaguarda da integridade física, psíquica e emocional.

São conjuntos de ações para atendimento da mulher em diferentes áreas.

Como é que começa o ciclo da violência? O ciclo da violência geralmente começa com uma violência psicológica. E o que é violência psicológica? A Lei Maria da Penha nos dá uma ideia do que seja a violência psicológica, mas não há um tipo penal, um crime de violência psicológica. Nós pegamos como? Como elementar do crime de lesão corporal, como ofensa à saúde, mas a prova daquela materialidade, daquela infração tem que ser muito bem consistente, porque não é fácil provar que a depressão daquela mulher é decorrente de uma situação de violência doméstica familiar. E uma pesquisa que eu ainda quero fazer é em cima dos suicídios, porque têm muitas mulheres com histórico de violência doméstica e familiar que tiram a própria vida.

Então, a violência psicológica começa como? Nos atos de censura, nos atos de humilhação, nos atos de menosprezo, que passam para a ameaça e a ameaça mais comum que se tem é: Se tu fizeres isso, eu vou fazer aquilo; se tu me deixares, eu tiro as crianças; se tu me deixares, ficarás sem nada; se tu me deixares, eu vou te matar. Muitas vezes ela vem casada ou é subsequente à injúria, que são os palavrões e ofensas que a mulher escuta de quem ela ama; a lesão corporal, que é a agressão. E, por último, o feminicídio.

Hoje, nós estamos com 28 casos de feminicídio. Ainda não há a identificação de feminicídio acontecido no sul do Estado, apesar de que a investigação da polícia judiciária começa com o olhar de gênero. Nós começamos olhando como um feminicídio e descartamos aquela qualificadora. Agora, essa questão dos crimes de feminicídio, não há um único caso desde 2015, quando começou essa estatística, em que não há um relato anterior de pelo menos uma ameaça. Esse crime não começa com a morte da mulher, ele começa com uma ameaça. Eu posso não ter boletim de ocorrência, mas se eu for ouvir o histórico, se eu for investigar, se eu for ver aquela família, esse relato anterior é presente em todos os casos de feminicídio.

Então, as ações são voltadas para as mulheres, para os homens e para as crianças como forma de proteção.

Grupo de mulheres. Nós temos aqui nossa psicóloga que pode dizer que no grupo de mulheres nós optamos por trabalhar com um grupo reflexivo, porque uma acaba apoiando e ajudando a outra. Claro que há o atendimento individual, até para identificar a quantidade de participação que aquela mulher precisa, mas esses grupos têm sido mediados por policiais civis que tenham perfil e capacitação na área. A grande maioria são os psicólogos que estão fazendo, mas nós temos tido muitos agentes de polícia e Delegados de polícia que têm se interessado por essa área também.

Ações de fortalecimento. Nós trabalhamos com a melhoria da autoestima. O empoderamento da mulher, que tanto se fala, não é somente dar emprego e renda. Nós temos regiões do Estado em que a mulher é quem provém a família, é quem paga as contas de casa e é ela quem apanha quando o marido pega o salário dela e vai beber. Então, essas ações de empoderamento são ações de fortalecimento daquela mulher.

O Programa Espelho Meu, que foi feito em São José ⎼ nós vamos tentar fazer aqui em Lages e ver se conseguimos arrumar um instituto de fotografia que seja parceiro ⎼, trouxe-nos um resultado muito importante. Foram selecionadas dez mulheres, elas passaram por reuniões com *coachs*, com psicólogos, foram vários encontros e o último, o fechamento, foi feito um dia de beleza e uma sessão de fotografias, onde cada uma ganhou um *book* fotográfico. Os relatos que temos daquelas mulheres no momento que elas se viram nas fotografias, maquiadas, novamente com a figura feminina, são impressionantes, porque a mulher vai se apagando, a mulher deixa de se cuidar, muitas vezes o homem proíbe a mulher de se cuidar e é como se ela fosse murchando, como se ela fosse morrendo. Então, quando falamos em empoderamento feminino, falamos tanto nos grupos reflexivos para o fortalecimento daquela mulher como nas ações de empoderamento.

Doutor Takaschima e doutora Mônica, o grupo de autores de violência é um projeto em que eu acredito muito, é a reflexão a respeito dos temas relacionados à violência contra mulher junto aos autores da violência, porque busca a mudança de comportamento daquele autor, se ele constitui nova família ou se ele volta ao convívio com aquela mulher, para que ele não reproduza aquele comportamento. Joinville está dando um resultado muito importante, a universidade de lá, que é parceira, vai fazer um grupo para continuar com os homens, voluntariamente, após os dez encontros. Por que os primeiros dez encontros? Há uma determinação do Judiciário, quando defere a medida protetiva de urgência, para que ele participe desses dez encontros, em que o mediador, aqui, na grande maioria, o psicólogo vai fazer essa reflexão com ele. No final desses dez encontros, como a universidade local e todas elas têm uma parcela na contribuição social muito grande nas localidades, ela vai formar grupos espontâneos para continuar rediscutindo aquela questão com aquele autor, onde ele se vê em outro local. E a Prefeitura de Blumenau também tem um projeto muito bom nesse sentido.

O grupo de adolescentes nas escolas está fechando agora, em Itajaí, são cinco encontros de duas horas cada. No primeiro encontro é feito um teste, uma avaliação com os estudantes e no último encontro é refeito a avaliação para ver o grau de aprendizado e maturidade das crianças. Nós precisamos falar essas coisas com os nossos filhos, com os nossos jovens? Nós precisamos falar. Eu falo aqui como mãe, tenho uma filha de 18 anos e uma de 14 anos e eu sei o quanto é difícil, às vezes, discutirmos algumas coisas com os nossos filhos, mas precisamos abrir os olhos das crianças. O resultado, a resposta que nós estamos tendo em Itajaí é muito positiva, se tivermos as portas abertas na educação, a nossa ideia é expandir para o Estado inteiro. [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

Aproveitando esse momento, quando eu falo muito em ações que vão além, eu queria apenas contar um fato que se passou na minha carreira como Delegada de polícia nesses mais vinte anos. Em 2004, quando eu retornei da licença-maternidade da minha segunda filha... meu marido também é Delegado de polícia, e quem conhece Rio do Sul, sabe que lá é um complexo só, é um prédio só com seis unidades da Polícia Civil. Eu saí da sala dele, que é da Delegacia Regional, e fui para minha sala da Comarca, e quando eu passei pela Delegacia da Mulher, escutei um choro de bebê. Para quem é mulher, é como se puxasse para o local; para quem é mãe, é como se empurrasse para o local. Cheguei naquela sala e lá estava aquela mulher, com quatro ou cinco filhos pequenos, sendo o último um bebê de dois meses de idade. O autor um baixinho, miudinho, era menor do que eu, estava bêbado, embriagado, agressivo, estava contido com algemas e com marca-passo no pé, e ele não se segurava. Ele estava em outra sala, não tinha contato visual com ela. E aquela criança chorava e chorava, a mãe pegava aquela mamadeira, que é chatinha embaixo, usada para dar chazinho, seca, dava para a criança que a sugava e adormecia, mas logo ela voltava a berrar. Eu disse: “Gente, essa criança está com fome!”. Aí eles: “O que fazemos?” Isso foi em 2004, às 12h30, 13h. Estava tudo fechado, até o postinho de saúde. Eu disse: “Gente, libera a mãe para mim.” Então a levei para minha sala, peguei o bebê, comecei a embalá-lo, e expliquei para a mãe o que estava acontecendo, o que ia acontecer, como é que iríamos ajudá-la. E disse: “Teu filho está com fome, vamos tentar amamentá-lo?”. “Tudo bem, Delegada, vamos.” Ela preparou o seio, eu entreguei a criança que sugava e berrava. Então, ela disse: “Doutora, eu estou sem comer já há cinco dias, ele trocou o sacolão por cachaça na venda. Eu não tenho leite!”

Na época, minhas duas filhas mamaram até os seis meses exclusivamente no peito. Eu não sabia o que fazer — depois, o pediatra das meninas me ensinou que com uma lata de leite ninho e uma lata de leite em pó integral a gente pode socorrer, porque não pode dar leite de vaca. Aí, eu olhei para aquela mulher e disse: “Olha, eu voltei da licença-maternidade, eu sou saudável, estou amamentando, eu posso amamentar o teu filho?” Aquela mulher olhou para mim e me disse: “Pelo amor de Deus, Delegada, mata a fome da minha criança!” Peguei um copo, fui ao banheiro, fiz a ordenha manual que a gente aprende a fazer, botei na mamadeira e dei para aquela mãe ela alimentou a criança. No final do dia, quando eu fui no postinho com a minha mãe e com as duas meninas para vaciná-las, ela estava lá e brincou dizendo: “Delegada teu leite é gordo, o piá está de pança cheia até agora!”.

Depois de alguns meses, ela já estava recebendo sacolão da Prefeitura, a assistente social já estava atendendo, as crianças estavam na escola, já tinham passado pelo posto de saúde. Depois de alguns meses a equipe da Delegacia da Mulher voltou na residência para retirar e abrigar todos os filhos, por quê? Porque ela não saía da porta do juiz pedindo o retorno do cônjuge agressor para o lar. Ela queria o retorno do marido. E isso para mim doeu, porque eu não me imagino me submetendo a uma situação de violência, deixando meus filhos, um bebê passando fome, em função do vício de um agressor. E numa escala de vulnerabilidade, as crianças são as mais vulneráveis, o Estado protege primeiro a criança, nosso papel de proteção inicial é da criança.

Ali eu aprendi, com muito sofrimento, porque aquele dia eu me acabei de chorar, que a violência psicológica não é somente uma questão de emprego e renda, não é somente uma questão de ter comida na mesa; a violência psicológica passa por um fortalecimento emocional dessa mulher. E se a gente quer enfrentar o ciclo da violência, se a gente quer mudar essa dura realidade, vamos passar a olhar as mulheres dessa forma: não vamos mais julgá-las, não vamos mais questioná-las, vamos acolhê-las e ampará-las. É isso que a gente precisa fazer. Está certo?

Obrigada, pessoal! Desculpa o excesso no tempo aqui.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** – Muito obrigada. É sempre uma importante contribuição. A doutora Patrícia já é nossa parceira em todos os eventos. Muito obrigada, mesmo!

Passo a palavra agora à presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB daqui de Lages e representante da Comissão da Mulher Advogada do Estado de Santa Catarina, senhora Maeve Jasper Zapelini.

**A SRA. MAEVE JASPER ZEPELINI** – Boa tarde a todos.

Cumprimento o nosso Prefeito, que acho que não está mais aqui, o doutor Alexandre Takaschima, e parabenizo a Deputada Marlene pela iniciativa; e, em seu nome, cumprimento os demais membros da mesa.

Apenas uma correção: eu estou representando a Comissão da Mulher Advogada da instituição de Lages e estou representando a doutora Regiane Sanchez, que é presidente da Comissão Estadual. Muitos nos perguntam do que se trata a Comissão da Mulher Advogada. Nós temos inúmeras atribuições, não apenas a defesa das prerrogativas das advogadas, como também o combate à violência doméstica, ao feminicídio, aos crimes de gênero.

Dentro dessa linha, vou ilustrar alguns pontos que eu acho pertinentes e vou mencionar Aristóteles, segundo o qual devemos tratar de maneira igual os iguais e desigual os desiguais na medida de sua desigualdade. Dito isso, eu participei nesta Casa de uma audiência pública sobre o tema da violência doméstica, quando fiquei bastante assustada, porque eu fiz uma postagem numa rede social sobre o tema, e um homem que estava dentro dos meus contatos mencionou em um dos comentários de uma forma bem pejorativa: “Ah, lá vêm vocês, mulheres, com esse assunto novamente.” E fez algumas outras questões relacionadas. Foi quando eu percebi que as pessoas não entendem o porquê realmente temos leis específicas de proteção. Ora, se o legislador criou essas leis que punem de maneira mais severa os agressores, é porque inúmeras mulheres perderam as suas vidas, inúmeras mulheres foram vítimas de violência. Essa interpretação é bem difícil para uma sociedade machista. Está aqui a secretária Marli, da Rede Catarina, que pode até nos esclarecer melhor, mas as próprias mulheres nos bairros se acusam, muitas acham que mereceram apanhar, que elas tiveram culpa, ou seja, falta sonoridade também entre nós, mulheres. Essa falta de apoio entre a vizinha, por exemplo, essa dificuldade se reflete no medo que as mulheres têm de denunciar.

Até tivemos recentemente o caso de duas advogadas - foi no mês da mulher, inclusive - uma de Curitiba e, em menos de vinte dias, tivemos também o caso da Lucimara, aqui em Santa Catarina, em Balneário, que foram vítimas de violência pelo próprio companheiro. Ou seja, não tem classe social, inclusive as conhecedoras das leis [são vítimas], não é?

Vou ilustrar aqui um caso, uma situação que aconteceu ontem: uma pessoa me procurou com a filha de oito anos. E ela me mostrou os hematomas nas costas, só não tinha no rosto, mas estava inteira cheia de hematomas, e tinha sido vítima - ela já é vítima há um bom tempo - do marido que bate nela constantemente com inúmeros instrumentos, digamos assim, objetos. Ela começou a relatar que disse para o marido que tinha ido ao médico; que não podia sair de casa, ou seja, ela vive prisioneira; que a sogra estava esperando embaixo; que ela não podia entrar; e disse que ia ao médico para levar a filha.

Ela relatou detalhes de como foi aquela agressão, e a filha de oito anos não parava de chorar. Eu mencionei para ela — até fico emocionada porque foi bem intenso isso: “Quem sabe vamos pedir para sua filha aguardar aqui do lado, porque eu acho que ela está sofrendo junto.” E ela disse: “Não, ela tem que ver o que não pode... Ela não pode deixar acontecer com ela.” Só que essa interpretação é errada, pois se a filha vê a mãe apanhando, vivendo com isso constantemente, ela vai crescer com a ideia de que aquilo é normal e vai ser muito mais difícil ela sair desse espiral de violência.

Dentro da nossa comissão, nós estamos desenvolvendo um projeto com outras áreas multidisciplinares, com médico, com uma economista também, com psicólogos, para levá-los aos bairros para atender as vítimas da vítima de violência, porque é assim que nós classificamos as crianças que são vítimas e não conseguem sair junto com as mães. Já foi muito bem mencionado aqui, mas eu acho que quanto mais pudermos nos unir para fazer alguma coisa... Como diz Gandhi: “Seja você a mudança que quer para o mundo.” Então, temos que fazer alguma diferença.

Complementando até o que já fora mencionado, as mulheres têm muito medo de denunciar, porque elas sofrem uma violência psicológica muito grande. Para essa pessoa ontem, eu falei: “Não, mas nós vamos lá fazer a denúncia, eu não posso ser conivente com isso, você está aqui me relatando isso!” E, aos prantos, ela disse que o marido sabe que pode ser preso, porém, quando ele for solto, ele vai bater nela, vai matar ela, vai matar os filhos. É uma ameaça constante e a pessoa não consegue perceber que há meios para fugir disso.

Dentro disso, elas têm muito medo de ir para a audiência, elas têm medo de encontrar o agressor no corredor ou em qualquer local. Então, isso é uma grande dificuldade, e acredito, sim, que só podemos mudar essa realidade com a conscientização, com a educação das nossas crianças, com mais apoio entre todos nós, não apenas aqui, mas acredito que nos bairros as mulheres têm que ter mais consciência, fortalecerem umas às outras, saberem que devem apoiar e não culpar a vítima, já que isso está muito comum hoje em dia. Como disse a doutora Patrícia, o que podemos fazer agora é acolher, e a qualquer sinal de violência temos que denunciar! Muitas pessoas ainda ficam inseguras de como fazer isso, mas temos aqui na nossa região, na nossa cidade, uma rede de apoio bem participativa; temos muito apoio do Poder Judiciário, dos demais Poderes, então eu acho que aos poucos vamos conseguir modificar essa realidade.

Obrigada. Essa é minha contribuição. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** – Obrigada, Maeve.

Com a palavra o Delegado de Polícia Civil da Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso do Município de Lages, doutor Renan Pellenz Scandolara.

**O SR. RENAN PELLENZ SCANDOLARA** – Cumprimentando a Deputada, cumprimento também todos os integrantes da mesa.

Na verdade, a explanação da doutora Patrícia fez uma abrangência do papel da Polícia Civil no Estado de Santa Catarina. E acho que vale a pena nesse ponto eu trazer um pouco da realidade local aqui da Dpcami de Lages.

Acho que é sempre bom começar explicando o que é a Dpcami, pois muitas pessoas não sabem. A Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso é uma delegacia especializada que atua com esse público-alvo, mas popularmente ela é conhecida aqui em Lajes como Delegacia da Mulher, dado que o maior volume de serviço é a questão de violência doméstica e de gênero contra a mulher e de gênero, também, englobando todas essas questões.

Enfim, o que faz então a Dpcami ser uma delegacia especializada? É porque ela tem policiais mulheres? É porque tem psicólogas policiais? Não, não é apenas isso. Fazemos o atendimento como qualquer delegacia no Estado, porém, também temos outros serviços disponíveis à população vítima de violência doméstica ou também para atendimento do público adolescente, crianças, enfim, o nosso público-alvo.

A questão das psicólogas policiais é um diferencial, pois não são todas as delegacias que possuem esse tipo de profissional nos seus quadros, e além do atendimento especializado às vítimas adolescentes, crianças, também há a contribuição em grupo de apoio a essas mulheres.

Também dentro do próprio projeto PC por Elas, doutora, é importante trazer que aqui em Lajes também estamos iniciando o trabalho com os adolescentes e, em agosto, já está prevista uma primeira roda de conversa com os adolescentes em uma escola daqui da cidade. Também temos participação na questão da Justiça Restaurativa com o doutor Takashima, e fizemos toda essa interação com a rede de apoio que já foi falada aqui, com a assistência social, com a saúde, com a educação, que são pontos em comum no trato dessa questão da violência contra mulher.

Enfim, apesar de ser uma delegacia especializada, a Dpcami de Lages é a que conta com o maior número de procedimentos atualmente na nossa cidade. Somente neste ano foram registrados aproximadamente 2.500 boletins de ocorrência em dias úteis, já que a Dpcami não funciona em finais de semana e feriados. Esses boletins viram inquéritos policiais, viram apuração de ato infracional, viram toda uma gama de procedimentos complexos de apuração da autoria e da materialidade do crime ou do ato infracional, e, como falei anteriormente, a maior parte desses procedimentos se refere à violência doméstica e familiar.

A doutora Patrícia comentou a questão dos feminicídios em Lages. Em 2019, nós estamos com dois inquéritos policiais que tratam de feminicídio: um concluso, com a autoria identificada; e o outro é um pouco mais recente, ainda não está concluso, mas a nossa investigação está em um grau bastante avançado, dependendo apenas de algumas diligências que cabem a outros órgãos públicos que não a Polícia Civil. Vocês devem até se lembrar, porque é um caso recente, que o principal suspeito faleceu um dia após o início das investigações da Polícia Civil. Não é porque ele faleceu que a investigação para; a gente apura os fatos. Então, é por isso que a investigação ainda está em aberto.

 Acho interessante também comentar a questão da resolubilidade dos crimes de estupro em Lages. Os inquéritos policiais e apurações de atos infracionais de estupros e estupros de vulneráveis em 2019 estão com 100% de autoria identificada. Inclusive, na data de ontem, foi proferida sentença pelo doutor Takashima de um caso de estupro de vulnerável, de uma criança que foi estuprada dos 8 anos aos 13 anos e acabou engravidando do padrasto. É uma condenação de mais de cinquenta anos de reclusão para o réu, e foi uma investigação da Polícia Civil.

O doutor Takashima também comentou a questão dos bancos de dados das medidas protetivas de urgência. É importante falar que esse também é um diferencial das Dpcamis, pois as vítimas procuram a delegacia especializada para realizar o pedido de medida protetiva de urgência, que é encaminhada ao Poder Judiciário para apreciação.

 Essa última mudança legislativa de mais ou menos um mês atrás, que autorizou o Delegado de polícia a também conceder medidas protetivas, vale somente nos casos em que não houver o juízo, a cidade não for sede de comarca. Então, na realidade, em Lages o tratamento continua sendo o mesmo: a vítima se dirige até a delegacia de polícia, realiza o pedido de medida protetiva, e nós o encaminhamos ao Poder Judiciário, que aprecia o mérito da questão.

O doutor deu essa sugestão da criação de um banco de dados na questão da vigência, da natureza da medida protetiva. [*Tradução: Felipe Pereira Bueno*] Essa mesma lei que autorizou o Delegado a concedê-la, também acrescentou lá um parágrafo nos artigos finais da Lei Maria da Penha determinando ao CNJ a criação de um banco de dados em âmbito nacional de controle e acesso das autoridades públicas às medidas protetivas de urgência. Porém, eu acho que é uma iniciativa muito válida, fazermos isso em âmbito estadual, uma iniciativa coordenada da Polícia Civil, do Poder Judiciário, do Ministério Público, e da Assembleia Legislativa.

A Dpcami se coloca à disposição no que for necessário e também para eventuais dúvidas e questionamentos que porventura surgirem. Essa é minha contribuição.

 Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler) —** Com a palavra o assessor da Promotoria-Geral do Ministério Público de Contas de Santa Catarina, senhor Fábio Mafra Figueiredo, representando a excelentíssima Procuradora-Geral de Contas do Ministério Público de Contas de Santa Catarina, Cibelly Farias.

**O SR. FÁBIO MAFRA FIGUEIREDO —** Muito obrigado.

Gostaria de cumprimentar a Deputada Marlene Fengler, que tem feito um trabalho com muita coragem, com empenho e competência na união de todos esses atores em prol de um objetivo, que é gerar resultados efetivos. Acho que é isso que a gente precisa. A gente vê e escuta de todos os colegas aqui da mesa que há iniciativas belíssimas e brilhantes em todos os órgãos, por isso, precisamos que essas iniciativas conversem entre si e gerem resultados mais efetivos.

Gostaria de cumprimentar também a Secretária municipal, porque é importante ressaltar esse exemplo de Lages, que é um exemplo para Santa Catarina e para o Brasil sobre o papel essencial que os Municípios têm na rede de atendimento às mulheres. Todo ente, a Federação, os Estados e os Municípios têm seu papel, mas o Município tem um papel muito relevante. Então, é muito bacana essa iniciativa de Lages e eu gostaria de cumprimentá-los.

No final de 2018, o Ministério Público de Contas desenvolveu um projeto de atuação para este ano relativo ao combate e à prevenção da violência contra mulher. Esse projeto foi estruturado basicamente em quatro eixos: um eixo de identificação dos problemas do nosso sistema; um eixo de notificação aos gestores para correção de eventuais problemas; um eixo de atuação e parcerias; e o último eixo de atuação em rede.

Nessa primeira etapa de identificação, nós tomamos conhecimento de uma auditoria, feita pelo Tribunal de Contas da União em boa parte dos Estados brasileiros, identificando quais eram as principais dificuldades, qual era a realidade do sistema de atendimento de prevenção e combate à violência contra mulher no Brasil. Ali já surgiram evidências da precariedade do sistema. Esse trabalho foi realizado pelo Tribunal de Contas da União em 2011.

Além disso, nós realizamos ainda nessa etapa de identificação uma série de entrevistas, entre elas, com a doutora Patrícia, que está aqui, também com Tribunal de Justiça, com a Coordenadoria Estadual da Mulher, com o Conselho de Direitos da Mulher. Todo esse material foi reunido num pedido, numa representação do Ministério Público de Contas ao Tribunal de Contas, para que fosse realizada uma ampla auditoria nos moldes daquela realizada pelo Tribunal de Contas da União em Santa Catarina, para que a gente pudesse conhecer a fundo todo o sistema de proteção, toda a rede de atendimento à mulher em Santa Catarina, nos Municípios e no âmbito do governo estadual também. Esse trabalho, quando concluído - deve ser concluído agora no segundo semestre -, vai servir de instrumento não somente como diagnóstico para que a gente conheça o problema, mas principalmente como ferramenta de desenvolvimento de melhoria e de novas políticas públicas.

Daí a gente se pergunta: qual é o papel de um Ministério Público de Contas, fiscalizador do uso de recursos públicos nesse trabalho? É que não há políticas públicas sem recurso público, e o nosso papel é ser o fiscalizador do uso do recurso público, da destinação e da efetividade do gasto público. Aí que a gente se insere e buscamos dar a nossa contribuição.

Como eu já disse no começo, nesses levantamentos que nós temos feitos até aqui, a gente identificou muitas carências, mas também boas iniciativas, como algumas que já foram expostas aqui. Uma das conclusões a que a gente chega é que a união desses esforços pode gerar um resultado muito mais efetivo.

Como a Deputada falou no começo também, a gente já entregou na semana passada um esboço de uma primeira carta de intenções para a formação da rede. É muito legal, porque essas audiências públicas vão gerar também como resultado a união desses atores, para que a gente possa estruturar efetivamente uma rede de trabalho, uma rede parceira. É claro que isso é só um início, é só uma primeira contribuição; a rede é formada pela união de esforços de todos que integram esse trabalho, também com a sociedade civil, mas a gente espera que esse resultado venha e em breve.

E estamos à disposição para contribuir, como for possível.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Passo a palavra a Secretária Municipal de Políticas para a Mulher de Lages, senhora Marli Nacif, para contar um pouco dessa experiência tão importante e pioneira no nosso Estado e quase que no Brasil. Parabéns por essa iniciativa e parabenizo também o Prefeito, que já teve que sair. Realmente, é uma experiência muito importante que pode servir de parâmetro para o que a gente pretende fazer, também, em todo o Estado.

**A SRA. MARLI NACIF** — Boa tarde a todos.

Cumprimentando a Deputada, cumprimento todos que já foram nominados.

Quero dizer que realmente foi um trabalho pioneiro e um trabalho difícil, porque nós começamos do zero, tanto que tivemos que procurar ajuda em outros Estados para que nós tivéssemos realmente condições de fazer isso. Por coincidência, a Casa Abrigo da Mulher que nós temos aqui, enquanto eu era Secretária de Assistência Social nós a construímos e a deixamos prontinha. E quis o destino que eu voltasse e fosse trabalhar justamente nessa área.

Sobre o vídeo que passou você disse que se emociona sempre. Marlene, nós choramos todos os dias. Parte da minha equipe está ali, é uma equipe bastante pequena, agora já aumentou um pouquinho, mas é uma equipe guerreira. Eu gostaria de passar um vídeo para mostrar que nós ainda temos que fazer muito. Depois desse vídeo, que é curtinho, a gente dá outras explanações.

(*Exibição de um vídeo produzido pela Prefeitura de Lages.*)

Eu gostaria de corrigir que não foi tão imediato assim; eu, já na outra vez, quis corrigir isso e esqueci. Foi um pouco demorado, e é isso que a gente sente, que as pessoas demoram a denunciar, a ajudar... Mas com a divulgação da Secretaria, como foi feito, a gente tem recebido bastante denúncia anônima, porque se sentem seguros, denunciam, e nós podemos atender.

Na nossa Casa Abrigo, os hóspedes, podemos dizer assim, podem permanecer por até seis meses. Nesse período ela é acompanhada por psicólogos, por toda a área da saúde, pela área judicial, pela promotoria. E aí quero ressaltar a grande importância das parcerias. Nós somos felizes, digamos assim, de num trabalho tão árduo termos Polícia Militar, Polícia Civil, Promotoria, Judiciário; nós temos toda essa equipe conosco, as Secretarias da Assistência Social, da Saúde, da Educação. Nós já somos uma rede e é onde a gente consegue fazer um trabalho maior; sozinho, ninguém consegue; se não houver as mãos dadas, em todos os sentidos, não se consegue. Essa mulher abrigada, depois desse período, e se por um acaso ainda em seis meses não conseguir, com certeza ela vai ficar mais um pouquinho. A gente encaminha, procura parentes, que muitas vezes fogem e não querem saber da história; procura uma casa para onde ela possa ir. Aí entraria... [*Transcrição: Ana Clara Mota.*][ *Revisão: taquígrafa Sibelli D’Agostini*] o aluguel social. Aqui eu vou fazer uma chamada, Deputada: o governo do Estado vai ter que pensar num programa com recursos para que nós possamos atender a essas mulheres. Os Municípios sozinhos não aguentam, eles não têm como dar suporte, porque a grande maioria não tem para onde ir. Quando há algum loteamento sendo feito, algum projeto nesse sentido, conseguimos encaixar, mas todos nós sabemos que diminuíram bastante esses projetos. Então o governo do Estado vai ter que ser parceiro nessa situação, com certeza.

As crianças são conduzidas para as escolas mais próximas, e a gente consegue a transferência mais próxima da nossa casa, são levadas e buscadas, digamos assim, no término das suas aulas para que não sejam expostas. As mulheres que trabalham nos primeiros dias também são levadas após a agressão. A grande maioria dos agressores vai para o presídio, então, quando eles estão lá, elas vão com o coletivo porque assim estão mais seguras. O acompanhamento lá é diário, a coordenadora é uma assistente social também, e toda a equipe da Secretaria acompanha as psicólogas e as assistentes sociais quando necessário.

Gostaria de convidá-los a conhecer a nossa Secretaria, ela é central, tem um pátio grande e ao lado fica o Conselho Tutelar. A gente dividiu tudo em salas onde elas têm privacidade total para o atendimento, os homens são atendidos numa sala, as mulheres em outra. Então, não sai nada de lá, às vezes até eu sou um pouquinho criticada porque dizem que não tem muita divulgação, mas eu não me importo porque eu jamais iria divulgar o nome de uma de mãe, de uma mulher que esteve na Secretaria toda arrebentada e expor o motivo [de ela estar daquela maneira]. Os nossos Vereadores podem continuar a criticar porque não tem problema nenhum, o que nós queremos é justamente isso: que elas se sintam seguras, é isso que elas precisam e lá elas têm a segurança.

O endereço da Casa Abrigo não é divulgado, o telefone fixo também não, para plantão 24 horas temos um celular, muitas vezes da própria Delegacia, na Dpcami, pelo qual nós somos chamadas para buscá-las. É um trabalho que foi difícil de iniciar, mas que, graças a Deus, está dando muito certo. Reitero que eu não sou feliz de estar ali vendo essas cenas, mas eu sou feliz porque eu posso ajudar essas mulheres que estavam encurraladas, esquecidas, amedrontadas e que agora têm o lugar certo, as pessoas certas para que possam atendê-las com todo o apoio do nosso Prefeito. Foi dele a ideia da campanha, e isso deixa a gente um pouquinho melhor. Tem dias em que a gente tem vontade de juntar a malinha e ir para casa. Quando você luta, luta, luta — essa semana tivemos um caso —, e consegue a medida protetiva, está tudo pronto, ela chega e diz assim: “Eu vim aqui dizer que eu quero tirar a medida protetiva.” A gente quase morre, né, Bernadete? São coisas assim que deixam a gente triste. Mas é a vida, nós aceitamos. Os nossos companheiros de luta que estão lá também estão aqui: o doutor Takaschima, a Promotora de Justiça com todo mundo e a OAB.

Quero ressaltar que a gente teve uma conversa com a OAB, e alguns advogados se dispuseram, porque o Poder Público não pode fazer nem a defesa e nem fazer gratuitamente esse atendimento a essas mulheres vítimas. Então, se não juntar tudo, não dá certo, mas precisamos agora do governo estadual, municipal e também do federal, e precisamos bastante.

Também quero dizer, Deputada, que a nossa é municipal, mas que nós já atendemos alguns casos vizinhos. Qual é a mãe — e no meu caso já avó — que consegue ver, chegando em uma porta, que por sinal a nossa é de vidro, uma mulher com um filho autista de 8 anos e uma filha de 23 anos com síndrome de Down, todos chorando, pois ela foi agredida pelo marido, no interior de outro Município, vai deixá-la sem atendimento? Então ela foi acolhida, e nós continuamos atendendo, inclusive, com idas até lá, não é, seu Marlon, para buscar a mudança [dos móveis] no interior, fizemos todo esse trabalho porque não tem como deixar [de lado], mas não é fácil.

Quando quiserem fazer uma visita para nós, estamos à disposição.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Muito obrigada, Secretária. Com certeza da minha parte eu vou querer fazer uma visita para conhecer essa iniciativa louvável aqui do Município de Lages.

Com a palavra a senhora coordenadora do Fórum de Mulheres do Mercosul e presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Lages, Erli Camargo.

**A SRA. ERLI CAMARGO —** Boa tarde a todas e a todos.

Eu quero cumprimentar a Deputada Marlene, em especial também as conselheiras que estão aqui. Gostaria inclusive de pedir para que elas se levantassem, por gentileza, para saber quem são as nossas parceiras de guerra.

(*As conselheiras levantam-se*.)

Obrigada, meninas.

Cumprimentando-as, cumprimento também os integrantes da mesa e os demais presentes.

Eu gostaria, Deputada Marlene, de começar fazendo um breve relato — parece-me que é isso que a sua assessora me solicitou — das ações que a gente tem desempenhado aqui em Lages como Conselho da Mulher.

Quero lembrar que o Conselho da Mulher é composto por 14 representações, 7 Secretarias e 7 representações da sociedade civil. Foi criado em 1997, dali não paramos mais de trabalhar. A partir de 2013, nós tivemos um marco significativo dentro do Conselho, que foi a mudança da lei que criou o Conselho, antes ele era só consultivo, e nós pedimos para ser deliberativo, aí foi aprovado, e juntamente com isso foi criado o Fundo Municipal de Direitos da Mulher. Em seguida, nós começamos as ações dando continuidade ao aprofundamento de algumas coisas que vinham sendo realizadas com mais intensidade referente à questão das unidades móveis, as quais iriam ser devolvidas para o governo federal. Em 2014 soubemos dessa notícia e encampamos o projeto-piloto, eu me lembro bem de que fizemos algumas reuniões, e entre os presentes nas reuniões, eu quero registrar a presença aqui do doutor Takaschima e também da Defensoria Pública, na época, que participou conosco, e com o Município, em especial a assistente social e a Amures, por intermédio do consórcio, conseguimos realizar o projeto-piloto, estamos aí já com a terceira visita da Unidade Móvel aqui na região.

 A gente tem um Conselho, que hoje já propôs a criação da frente parlamentar aqui nesta Casa, a qual hoje já realizou, inclusive, neste ano duas atividades conosco, uma delas está pendente, porém já estamos articulando para ver o que aconteceu, já descobrimos que foi uma questão de licitação, troca de Presidente da Casa, mas saiu essa cartilha que foram 50 mil exemplares, publicada lá atrás em um processo realizado por esta Casa.

Além disso, a segunda edição é o que está em discussão agora, já está feita e logo vai ser publicada, foi também uma iniciativa do Conselho da Mulher. Nós fizemos duas resoluções conjuntas. E eu quero registrar a última, que é a deliberação do Conselho, porque percebemos que no dia a dia das lutas nas políticas públicas, muitas vezes são as mesmas pessoas, os mesmos grupos praticamente, e as ações são fragmentadas. Então, quando falamos em rede [significa] que é um conjunto de frentes, estamos trabalhando nesse sentido, para garantir que Lages tenha ações integradas num calendário integrativo. Ontem, inclusive, na reunião plenária do Conselho de Segurança Alimentar, aprovamos também para que essa resolução conjunta saia. E o Conselho de Assistência Social, estamos sabendo, né, Cláudia, já aprovou [a resolução conjunta] também, [assim como] o Conselho de Economia Solidária, enfim, vamos chegar lá e logo lançaremos essa resolução conjunta. Percebemos que não é só Lages, mas na região inteira e também no Estado as fragmentações são gritantes, por isso queria salientar essa proposta aqui.

Também quero registrar que o Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, no qual eu participo com a Delegada Patrícia, também tem discutido um pouco isso, ele tem sérias dificuldades de integrar ações, de fazer com que alguns programas, alguns projetos sigam adiante por conta disso. Então, quero registrar essa nossa proposta porque acho que ela vale [para levar] ao Estado também.

Além disso, nós deliberamos no Conselho — e isso é muito importante dizer, porque eu acho que também é uma ação que pode ser levada para o Estado todo — e já encaminhamos uma resolução recomendando à gestão que faça adesão ao Pacto Estadual Maria da Penha, e também [sugerimos] a criação de um projeto para que tenhamos uma aquisição de uma unidade móvel para o Município e região para atendimento às mulheres do campo, que é um pouco essa coisa de assumir o seu próprio nicho e levar adiante algumas coisas que são possíveis realizar independentemente de ter recurso externo, porque via consórcio a região consegue muita coisa; às vezes, com pouco recurso. Claro, isso não significa dizer que a gente vai deixar de gritar debaixo para cima pedindo que as coisas sejam mais agilizadas.

Eu gostaria de registrar também que dentro do Fórum estamos agora em uma fase nova, né, Patrícia, de replanejamento das ações, mas conseguimos garantir que o projeto de Lages fosse aprovado no Fórum, é a terceira vez que a Unidade Móvel vem para cá, e conseguimos fazer algumas ações. Essas ações ainda precisam muito do engajamento das vítimas, porque a equipe está lá, a rede está lá, mas a vítima não aparece por conta muitas vezes de medo, por conta de dificuldades que enfrentamos e que já foram aqui colocadas.

O Enfrentamento à Violência contra as Mulheres encontra também no Conselho um grupo com propósito bem definido, um propósito de realmente contribuir, de propor questões que são relevantes. Saiu do Conselho a ideia de a gente fazer um trabalho com os vitimizadores, primeiro, no Fórum de Mulheres do Mercosul, levamos para o Conselho e foi aprovado, fomos adiante, levamos, inclusive, ao Conselho Estadual de Direitos Humanos, que eu faço parte da mesa juntamente com a Aretusa, que é a coordenadora, aprovamos por unanimidade no Conselho a criação de uma comissão extraordinária de conselheiros. E essa última reunião que a gente teve praticamente tratou desse tema, colocando que é importante a gente atingir outros conselheiros homens para trabalhar o tema, porque as mulheres já estão sensibilizadas, e é preciso avançar. Então a gente está propondo um evento de formação em âmbito estadual, um seminário, uma roda, o que for.

Ainda quero acrescentar que foi o Conselho da Mulher que, em 2014, buscou a Vara da Infância, na qual estava o doutor Fiuza, e acho que foi ali a sementinha, doutor Takaschima, da ideia da Justiça Restaurativa e todos os debates que foram feitos na sequência com relação aos grupos de homens que hoje estão surgindo. Tem coisa que a gente começa e de repente alguém sai da linha de frente e aí para um pouco, e depois retoma. Então é uma grata satisfação a gente saber que hoje está sendo alimentado [o grupo] por uma equipe muito qualificada e que tem uma sensibilidade incrível com relação ao tema.

Acrescento, ainda, que o acompanhamento a mulheres — que foram vítimas ou estão sendo vítimas de violência de gênero, não só violência doméstica familiar, mas violência em geral, violência inclusive institucional — é uma preocupação muito grande do Conselho, das entidades que o compõem, das Secretarias, em especial da Secretaria de Assistência Social, da Secretaria da Saúde e da própria Secretaria da Mulher, genericamente falando Secretaria da Mulher, no sentido de que há uma preocupação real e concreta e está sendo, na medida do possível, evidentemente, trabalhada e levada às comunidades também. Nós temos hoje alguns grupos de mulheres que estão participando na feira de economia solidária, mulheres inclusive tremendamente vítimas de violência doméstica, que estão já nos Conselhos, entre eles o Conselho Nacional de Economia Solidária, ajudando a definir questões, pensando, trazendo propostas e contando as suas histórias, as suas mágoas e podendo ter um apoio.

O grande desafio que eu quero registrar também aqui, com certo pesar — este ano vai completar 25 anos advogando na área de Direitos Humanos e com foco muito definido em questões gerais, mas, principalmente, mulheres, crianças, adolescentes —, é que a gente tem visto sérios problemas de continuidade das política­­s quando passa de um governo para outro, e isso é muito sério. Eu estou com certa esperança com relação à Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, com a Secretária Maria Elisa, por conta de que ela já tem uma trajetória de sensibilização dentro do contexto da Secretaria. Mas, de modo geral, a gente percebe nos Municípios uma frequente fragmentação da política que começa e não vai adiante, e especialmente nas assistências sociais têm esse problema grave por conta de que é na Assistência Social que vai parar a maior parte dos problemas, apesar de que a violência contra a mulher é um problema de saúde pública. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes*]

Então, o desafio é imenso, o medo, uma vez superado, gera uma notícia-crime, ­­­ou uma queixa-crime, ou o que seja, gera uma representação, mas que lá na frente pode ocorrer uma retratação por conta do quê? Porque não tem a certeza, ou pelo menos a confiança, de que vai ter o apoio, e isso machuca muito o trabalho da gente, machuca porque ele quebra as pernas quando alguém se retrata por falta de confiança. E um dia numa audiência — não era o senhor o Juiz, doutor Takaschima, — lembro bem que a minha cliente olhou para o Juiz e disse: “Doutor, o senhor não pode me dar garantia de que ele não vai me matar. Eu estou pedindo para ele voltar para casa por ter esse medo.” E como você fica numa situação dessas. Portanto, é decepcionante por um lado, a gente fica com as mãos e pernas amarradas, é como se você estivesse enxugando gelo o tempo inteiro. Para mim o vencer o medo, eu acho que está um pouco na fala que teve aqui da Delegada Patrícia quando contou a respeito do trabalho da Polícia Civil, no sentido de empoderar a mulher, proporcionar condições para que ela reflita e que tenha real e concreta possibilidade de dizer: “Eu estou saindo dessa situação, mas tenho uma alternativa.” Porque se a gente não der alternativa não adianta trabalhar, a gente vai chover no molhado, a gente vai enxugar gelo e ainda vamos ter muitos anos pela frente.

Eu me lembro de que em 2006, quando a lei foi aprovada, a primeira caravana que a De Luca provocou no Estado como Deputada na época, eu participei de uma audiência em Caçador numa mesa como essa, colocando os prós e contras da lei, porque antes não tínhamos nada disso, então, era a vontade do Juiz, era vontade daqui, dali, e íamos meio que apalpando para conseguirmos dar alguma garantia do direito à vida da mulher. De lá para cá nós avançamos bastante, fico satisfeita com isso. Mas, ao mesmo tempo, eu ouço o representante do Orçamento das contas do Estado, e eu fico pensando: cadê o dinheiro para a coordenadoria da mulher? Transformaram a coordenadoria da mulher em uma gerência, com várias justificativas, mas uma gerência não tem o mesmo poder, o mesmo peso, além disso, não tem recurso. Então vamos ter que achar recurso, temos que dar um jeito de colocar essa rubrica de forma compulsória para que possamos dizer: Olha, aqui tem um orçamento, mas também tem um empenho, não adianta orçamento sem empenho, todo mundo sabe disso, e sem recurso não conseguimos trabalhar. Então vamos trabalhar muito pesado, né, meninas do Conselho, e quem é do Município de Lages, para garantirmos que essa Unidade Móvel regional ou municipal venha para Lages, que possamos unir forças, que possamos continuar com as nossas rodas.

Quero dizer que no dia 06 de março fizemos uma audiência aqui com esse mesmo tema, com a Frente Parlamentar, e agora o passo seguinte é encorpar — o vinho só é robusto quando é encorpado, e de repente ele precisa nos entorpecer para podermos entender qual é o efeito — a nossa causa, assim como o vinho, e é nesse momento em que estamos contando com cada um e cada uma.

Fico bem triste quando não vejo Vereadores aqui, mas fico feliz quando eles questionam, porque o questionar significa dizer: Oh, nós estamos vendo o que vocês estão fazendo. Mas nós precisamos também assumir o nosso papel de cobrar deles. Cada vez que vimos aqui e cobramos eles ficam sabendo que cobramos, ficam sabendo que estamos preocupados com a ausência, mas têm alguns que são engajados em coisas muito significativas, acho que isso é importante também.

Quero agradecer a vinda aqui para Lages. E tenho certeza que Tubarão e Chapecó têm belíssimas histórias também para contar, muitos desafios para enfrentar, e estamos juntos. Dia 10 de julho vamos ter a reunião do Fórum Estadual, e dia 11 de julho do Conselho Estadual, e estamos juntos para o que precisar encaminhar.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Muito obrigada a você por compartilhar essas experiências tão importantes dessa luta de tanto tempo, Erli.

Com a palavra o subcomandante do 6º BPM, Major Frederick Rambusch, representando o senhor Tenente-Coronel Alfredo Nogueira dos Santos.

**O SR. MAJOR FREDERICK RAMBUSCH** — Boa tarde a todos.

Cumprimento a Deputada Marlene Fengler por sua iniciativa, pela prestimosidade em trazer este debate da Assembleia Legislativa aqui para a cidade de Lages; vossa excelência Alexandre Karazawa Takaschima, um grande parceiro nosso; Secretaria Marli Nacif; e, pela efetividade protocolar das suas pessoas como autoridades representativas, eu estendo os demais cumprimentos a mesa e as autoridades que estão presentes.

E fiquei, pelo que percebi, sendo o último a falar, e é desafiador isso, não é tão fácil, porque verificamos inúmeras experiências e a cabeça fica realmente com uma reflexão bastante perene, que exige de nós uma perspectiva real diante de tudo que foi aqui narrado. Mas trago aqui alguns números que são essenciais a serem divulgados, até por uma necessidade de *accountability*, precisamos realmente distribuir informação daquilo que executamos, como instituição, na esfera preventiva. Nós temos cinco redes de prevenção na Polícia Militar, destas, a filha mais nova é a Rede Catarina, é a mais nova e muito eficiente.

Quero fazer uma referência a dois heróis que nós consideramos muito no 6º Batalhão: o soldado Marlon e a soldado Camila, que são referência em âmbito estadual no trabalho preventivo de resolução de conflitos com a comunidade, com foco na defesa da mulher e em combate à violência doméstica.

Nessa intenção de expor os números que são relacionados ao trabalho da Polícia Militar, nós temos hoje 854 visitas preventivas realizadas em um ano e meio de trabalho. Essas visitas preventivas são pautadas pela administração de conflito, pela teoria de administração de conflito e pelo conceitual de administração de conflito; assim, eles administram conflitos. E eu digo que eles são heróis porque se deparam com a crise no seu pior momento, o mais crítico, em que os princípios e os valores estão aviltados sobremaneira e eles precisam intervir de maneira efetiva. Se eles não intervierem de maneira efetiva, se perpetuará a crise, o gerenciamento de crise não será bem-sucedido e uma tragédia se prenuncia. Com base no trabalho que eles executaram, nós temos — apesar de incipiente pelo lapso temporal bastante exíguo de um ano e meio — de todo esse leque de 854 visitas, apenas 5 casos que não conseguimos ter êxito. Temos aproximadamente 5% de casos não tão bem-sucedidos, mas em 95% dos casos nós conseguimos resolutividade, de tal maneira que em 211 casos, em que atuamos de maneira preventiva, não há mais, repito, não há mais a necessidade de intervenção da Rede Catarina, são 211 casos em que não é mais necessário visitar a vítima.

E digo mais, avançamos aqui na serra catarinense de maneira inovadora, com 42 casos de interação com os agressores. Então, o soldado Marlon e a soldado Camila, essas duas figuras, que são heróis, conversam com o agressor, porque ali também existe a necessidade de trabalhar, existe a necessidade de realmente ceifar a continuidade da violência psicológica e física, e é junto com o agressor que também conseguimos, de maneira sistêmica e integrada, resolver esse problema. Mas isso tudo não funcionaria se não tivesse uma rede de apoio, a Secretaria Marli Nacif é o nosso alicerce para que consigamos ter outras áreas do conhecimento e atuando de maneira conjunta para que essa atuação seja, de fato, multifacetada, efetiva, contínua e que permita resolver problemas de violência doméstica na nossa região.

Antes da Rede Catarina, nós não tínhamos esses números, agora temos e eles são muito motivadores, mostram que estamos no caminho certo, tem muito o que melhorar, muito o que aperfeiçoar, e precisamos que esse trabalho, que é essencial — aqui foi falado de política de continuidade —, tenha continuidade, e o Tribunal de Contas nesse aspecto é o responsável por isso, não é a Polícia Militar, não é a Secretaria no Município e não é a Assembleia Legislativa. É o Tribunal de Contas que tem que realmente qualificar os números, e não só no rótulo de dados verificar o número de repasse de recursos, mas qualitativamente verificar se há essa continuidade, porque senão não teremos essa capacidade de melhorar o que tem sido feito para combater a violência doméstica.

Encerro aqui a minha fala, fico à disposição para qualquer tipo de questionamento que surgir. Estamos à disposição. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Muito obrigada.

Então, concluídas as falas da mesa. Se alguém quiser dar alguma contribuição, perguntar alguma coisa para algum membro da mesa, tem o tempo de cinco minutos por participante. Quem sabe os policiais queiram dar alguma contribuição ou o grupo da Secretária Marli.

Com a palavra a senhora Marilce Salete dos Santos, pedagoga e neuropsicopedagoga clínica.

 **A** **SRA. MARILCE SALETE DOS SANTOS** — Boa tarde a todos.

Eu gostaria de saber e já que vejo muito falarem no feminicídio, vejo vocês comentarem, e por que não [falarem do] assédio no trabalho? Eu sofri o ano passado um assédio, e até hoje não foi resolvido, o agressor ficou trabalhando e eu fui despedida.

Eu gostaria de saber por que não vejo esse assunto ser manifestado, tanto na Câmara de Vereadores como na Prefeitura.

Eu trabalhava na Prefeitura de Lages, agora sou professora da universidade, só trabalho à noite. Gostaria de saber o porquê disso, parece-me que a mulher ainda é muito machista em Lages, vejo isso. E gostaria de saber alguma resposta, principalmente do Takaschima, por gentileza, se você pudesse me responder e a Marli Nassif também.

Obrigada a todos.

**A SRA. PATRÍCIA MARIA ZIMMERMANN D’ÁVILA** —Só quero fazer um aparte, pedi ao doutor Takaschima para falar como Delegada de Polícia.

Nós temos a dificuldade, às vezes, na questão da tipificação do assédio, porque ele prevê aquela ascendência do superior hierárquico, da exploração da sua funcionária, poucas denúncias nos chegam, e é algo que nos preocupa muito.

E a lei que alterou aquela situação do assédio no Carnaval, lembra? Nós fizemos divulgação, fizemos tudo, fiquei acompanhando todos os dias, de manhã e de tarde, as estatísticas na expectativa do aumento de denúncias, porque tinha uma lei agora para proteger. E sabe que nós não tivemos esse aumento? O pessoal ainda não tem a cultura de denunciar alguns tipos penais que acontecem.

Então a tua pergunta é importante, porque muitas vezes as próprias vítimas não procuram. E quando falamos em assédio sexual, em lei, em crime, precisamos de algumas informações e comprovações muito específicas para poder tipificar na fase de inquérito para ter um indiciamento, para que se vá a juízo e o Ministério Público possa denunciar. Nesse sentido, ainda existe esse mistério, essa dificuldade muito grande.

**A SRA. MARILCE SALETE DOS SANTOS** — Quando ele vai fazer o assédio não vai ser na frente de ninguém, pode ter certeza disso, né? Então você vai estar sozinha na frente do assediador.

Quanto a provas, não existem. Por que não se fala mais nisso, como você falou que não tem [denúncia], mas não falamos pelo medo de perder o emprego, que foi o meu caso, abri a situação, e quando eu a abri, o que aconteceu? Eu perdi o meu emprego.

Ficamos sem saber para quem recorrer: se é para o Prefeito, que não fez nada, ou para Secretaria da Educação, que não fez nada, os Vereadores, que também não fizeram nada, e a Marli Nacif foi a única que me ajudou no sentido de me mandar fazer um Boletim de Ocorrência, que está a caminho. Portanto, essa foi a única ajuda que tive até então pelas meninas aqui. A Katisumi era minha aluna na Universidade e eu contei para ela o que aconteceu comigo, e ela me informou como proceder no meu caso, porque afinal de contas eu sou pedagoga, não sou advogada, não sei como funciona. Foi por um acaso que ela estava na minha sala de aula e eu comentei com ela, e ela disse para irmos até a Secretaria para tomarmos uma providência. Então foi a única coisa que aconteceu comigo. Mas fico pensando que o assediador está lá ainda, não foi feito nada com ele, e eu estou desempregada, tendo uma filha de 21 anos, Camila Dias, que terminou a faculdade de Direito, passou na prova da Ordem. Ela já trabalhou no Fórum — pode ser que alguém a conheça, agora ela está fazendo Magistratura em Balneário Camboriú. Era formatura da minha filha e eu não pude fazer tudo o que queria, porque ela merecia. Eu fiquei assim, e o assediador está lá, ganhando como diretor, e eu fico pensando onde estão os direitos da mulher em Lages.

**A SRA. PATRÍCIA MARIA ZIMMERMANN D’ÁVILA** — Com relação a essa questão da prova, realmente o assédio sexual é cometido geralmente com duas pessoas e sem testemunhas. O que se confunde com assédio é aquela cantada indigesta na rua, porque muitas mulheres escutam aqueles desaforos como assédio, mas aquilo não é assédio.

Muitas vezes nós conseguimos a comprovação porque o assediador tem um comportamento padrão, ele repete esse tipo penal com outras vítimas. Então, esse falar mais, esse divulgar mais, esse trazer mais à tona faz com que outras vítimas também deponham e possam formar um conjunto probatório, visto que existem alguns tipos penais em que a palavra da vítima é a única prova e é a mais substancial que temos para trabalhar no inquérito.

Por isso, realmente é importante essa discussão, essa fala.

**O SR. ALEXANDRE KARAZAWA TAKASCHIMA** — Professora Marilce, vou fazer uma explicação técnica. A competência da 2ª Vara Criminal de Lages é violência doméstica, mas a tua fala me traz um *insight* que talvez essa divisão de competência possa ser refletida. O caso do assédio sexual, tecnicamente, não é a minha competência, salve se for uma empresa familiar. Mas, via de regra, a minha competência é quando é caracterizada a violência doméstica, tem que ter um relacionamento presente ou passado entre o autor da agressão e a mulher que sofreu a violência. Então, tecnicamente, o assédio sexual não se enquadra na competência da ação penal da minha unidade jurisdicional. Mas, por coincidência, eu estou sendo procurado justamente numa situação de assédio sexual por parte de professor contra alunas. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite/Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

E, realmente, quando a equipe técnica me relatou eu vi a complexidade que era. Toda essa questão das alunas se sentindo fragilizadas: “quem é que vai acreditar na minha palavra? Quem é que vai acreditar que ele me mandava pelo *WhatsApp* imagens dos órgãos sexuais dele e depois apagava? Como é que eu vou provar isso para vocês?” E toda a complexidade do processo. Foi aberto um processo administrativo disciplinar e queriam colocar as alunas para depor na frente do professor. Ele com o direito ao contraditório, à ampla defesa, com o advogado e tudo mais. As alunas dizendo “não, não quero prestar depoimento na frente dele”.

Eu acho que todo tipo de violência nessa questão de gênero tem que ter um olhar diferenciado daqueles outros delitos que estão ocorrendo. E talvez essa tua indagação acho que seja reflexiva para mim, e para a minha instituição. O Poder Judiciário, eu acho que não pode fazer essa separação de gênero. O que ocorre dentro da casa e o que ocorre fora de casa. Talvez, tratando-se de violência de gênero, deveria ter essa competência especializada, esse olhar de cuidado.

 Mas, de qualquer forma, reforçando o que a doutora Patrícia falou, a palavra da vítima é a prova chave que nós precisamos. A palavra da vítima tem valor para a condenação. Inclusive, o caso mencionado pelo Delegado Renan, estupro de vulnerável, em que a pena foi de 50 anos, foi com base no depoimento da vítima. Os atos ocorriam sempre sem a presença de mais ninguém. Foi a palavra dela que condenou o padrasto.

Então, eu sei que deve ser difícil imaginar essa situação, essa exposição, que no fim a vítima acaba tendo. Ela vai falar em vários espaços, com várias pessoas, em relação aos fatos que ocorreram. Mas o que eu posso dizer à senhora, tecnicamente: a palavra da senhora tem muito valor. É o que decide, na verdade. É a prova essencial em relação ao assédio sexual. Mas eu fico muito contente com a sua indagação e realmente é uma reflexão que eu acho que o Tribunal de Justiça pode iniciar em relação à nossa competência especializada. Violência doméstica talvez possa ser violência de gênero, não só doméstica. Eu não sei se consegui esclarecer um pouco.

**A SRA. MARILCE SALETE DOS SANTOS** – Com certeza. Mas eu fico pensando sobre assédio. Quando eu via na TV ou alguém falando alguma coisa, eu não imaginava como o psicológico fica abalado. Eu estou há seis meses me tratando, para você ter uma noção. Desempregada. Vocês sabem que a medicação é cara, para você tratar. E você não tem ouvidos de ninguém. Você chega para conversar e a pessoa fala “não marquei horário com essa pessoa. Eu não quero falar com ela, eu não posso falar com ela”. Isso vai te machucando. Tem me prejudicado muito dentro da minha família. Eu tenho dois filhos, um menino de dez e a menina que acabei de falar. Ela não está aqui, está fora agora, ela foi embora para estudar, seguir carreira. Eu tenho um filho de dez anos, o meu marido, e a minha mãe de 92 anos que eu atendo, porque faleceu meu pai. Eu não estou tendo a força que tinha. Parece que acabou a partir desse momento. Porque você fica contando com a ajuda de pessoas que dizem que vão te ajudar e no fim não ligam, não sabem o que você está passando dentro da sua casa. Não sabem o que você está passando fora, na rua. Não sabem que você não consegue mais nem emprego, porque é uma coisa assim “não, essa daí quer fazer confusão”. Não é fazer confusão, eu quero é justiça. E justiça o mais rápido possível. Porque eu sei o que esta pessoa me fez, me assediou. E assedia várias pessoas ainda no mesmo lugar. E por que não tiraram ela? E por que não tirar o emprego dela? Ter uma condenação e fazer alguma coisa com ela. Por que é só com a mulher e o homem não? E, sendo a Secretária da Educação uma mulher, porque não ela não faz alguma coisa? Então quer dizer que ela é machista também?

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** – Com a palavra a gerente na Secretaria Municipal de Políticas Para a Mulher –Lages/SC, Katisumi Yamaguchi.

**A SRA. KATISUMI YAMAGUCHI** - Boa tarde, eu vou tomar a liberdade de falar em nome da Secretaria, com a autorização, espero, da Secretária Marli. Eu fico um pouco constrangida em falar sobre um caso que passou pela Secretaria, entre inúmeros que a gente atende. Até gostaria, depois, de pedir para quem está manuseando o *notebook*,de expormos os nossos números, os que a Secretária não viu passar.

Mas, enfim, no caso da Marilce, é óbvio que numa Secretaria, que é composta por 99% de mulheres, desde o início nós [atendemos] de pronto a todas as mulheres que recebemos, não só a Marilce, que já expos aqui a sua situação. A gente se compadece, porque nos colocamos no seu lugar. E todas nós, de alguma forma, todas as mulheres que estão aqui presentes, eu tenho certeza, já sofreram algum tipo de violência. A diferença entre nós é a forma com que a gente lida com isso e busca resolutividade. No caso, eu acho que é importante a Marilce falar muito em mim. Eu fico muito honrada, muito agradecida, mas eu não faço nenhum trabalho sozinha. A Secretária, nenhuma de nós atende um caso sozinha.

Então, eu acho importante citar aqui a Danielle, que é a psicóloga que trabalha comigo. Também a Assistente Social, a Cristy. Todas nós atendemos sempre juntas. A Léo também, no último atendimento que fizemos contigo estávamos juntas. Desde o início, a gente deixou claro que na nossa Secretária, infelizmente, nós não temos o poder de decidir. A gente não tem poder de polícia e nem poder de Juiz, ou de Promotor do Ministério Público. Antes fosse! Se a gente pudesse, com o relato das mulheres que a gente atende, já tomar uma decisão, condenar ou prender alguém.

No caso desse assédio, que é o assédio que você sofreu no local de trabalho, que possivelmente acarretou numa exoneração, para nós fica muito complicado, porque além de ser o órgão que nós também representamos, que é a Prefeitura do Município, a gente depende de uma investigação que a Dpcami já está fazendo, depende do Judiciário para essa intervenção. E, obviamente, depois dos órgãos específicos analisarem o caso e existir uma condenação, pode ter certeza de que nós e a Secretária seremos as primeiras a exigir a exoneração desse servidor. Agora, diante de um processo que a gente não tem como intervir, infelizmente, não podemos exigir nada do Prefeito, nem da própria Secretária.

E é assim, a gente está sempre de portas abertas para você Marilce. Oferecemos o apoio da psicoterapia, da psicóloga que atende a todas as mulheres que passam por nós, além do nosso suporte. Infelizmente você recusou esse serviço. Você recusou também o nosso acompanhamento, porque você preferiu buscar por conta própria o suporte. Como você falou, a Câmara e outros órgãos e não o nosso.

(*A senhora Marilce dos Santos manifesta-se fora do microfone: Inaudível.*)

Eu estou comentando isso porque é muito complicado falar de um caso específico, mas nós estamos juntos, a gente acompanha todos os casos, inclusive a sentença que foi tão comentada, desse estupro de uma menina de 13 anos. A gente acompanha a família. Ficamos muito honrados quando o Poder Judiciário faz aquilo que a gente tem vontade. E aí no teu caso é o que a gente deseja: que a verdade seja exposta e que o teu exemplo, se realmente comprovado o assédio, que nenhuma mulher no Município precise passar novamente por isso. Então, a gente aguarda que as autoridades competentes façam a análise do caso, para que também possamos fazer alguma intervenção. E aí, eu gostaria de falar dos números, porque acho que a Secretária esqueceu, mas que eu acho muito importante a gente expor, são números bem significativos dos serviços que a gente oferece.

(*Utiliza imagens em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.*)

Então, no primeiro *slide*, está o serviço de referência especializado às mulheres vítimas de violência. É o atendimento e o acompanhamento das mulheres e suas famílias, em situação de violência. Psicossocial e jurídico. Desde abril, quando a Secretária Marli assumiu a Secretaria, após a sua criação, até hoje, nós já atendemos 316 mulheres. Dessas 316 mulheres, hoje, nós estamos acompanhando 234 mulheres. Destas, 82 casos já foram desligados. Então, 82 mulheres hoje têm seus casos, de certa forma, resolvidos ou com autonomia para que elas não necessitem mais do nosso suporte.

Além disso, como a Secretária falou, no acolhimento na Casa de Apoio Rosalina Maria Rodrigues, desde abril de 2017, até hoje, já foram acolhidas 86 mulheres. Crianças e adolescentes foram 186 casos. São números que, infelizmente, não demonstram todos os casos, porque nem todos passam pela Secretaria, mas, com certeza, é com o suporte que a gente tem do “Sou da Rede”, que vai estar ali, que é o Poder Judiciário, o Ministério Público, toda a Rede do Município, Polícia Militar, Polícia Civil, que a gente consegue realizar, consegue diminuir essa demanda, que no Brasil tem aumentado muito. É todos os dias! Principalmente para a gente que trabalha com isso, não se encerra com um caso de feminicídio, não se encerra com um caso de violência doméstica. Enquanto estamos aqui, com toda certeza, morrem mulheres no nosso País, ou são agredidas.

Eu acho que esse debate é importantíssimo para que a gente se una, e que no futuro, em breve - eu ainda não tenho filhos, mas quando eu os tiver - que eles não precisem discutir isso e que eles possam viver numa realidade diferente. Que a lei passe a coibir mesmo e que os agressores, as agressoras, os ofensores mudem de comportamento e aceitem as estruturas que os serviços oferecem. Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** – Com a palavra a Soldado Camila Thayde Correa, da Polícia Militar de Lages – Rede Catarina.

**A SOLDADO CAMILA** **ATHAYDE** **CORREA** – Boa tarde, eu faço parte da Rede Catarina e queria colocar a minha satisfação de trabalhar com essa Rede de apoio, porque, com certeza, faz toda a diferença. E a gente percebe isso na ponta mesmo. Porque é só compartilhar um pouco as experiências que a gente está tendo enquanto Rede Catarina. Antes as mulheres se sentiam mais vulneráveis, porque estavam sofrendo a situação de violência doméstica e a primeira porta, vamos dizer assim, é a delegacia, é a Polícia Militar. Só que muitas vezes, até chegar ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, tem um tempo. Principalmente em casos de ameaça, que muitas vezes demora um pouquinho mais. Então, essa mulher ficava de certa forma vulnerável, porque nesse tempo o agressor já descumpriu a medida, já teve outras vezes, já ocorreram novos fatos. Então, ela vai lá registra novamente o BO. E a gente sentia muito no início essa questão de ela pensar assim: “ah, ainda não fui chamada, ah, eu estou com medo, ah o que pode ser feito”. Então, enquanto Rede Catarina, a gente tem visto a confiança e a segurança que elas estão tendo, porque elas passam a ser acompanhadas. Elas não estão mais sozinhas, ou vulneráveis. Principalmente nesses casos em que elas se sentiam vulneráveis, a partir do momento que a gente faz a visita, passamos a dar todo o suporte para ela, e a fazer essa integração com a Rede. Já vai até a Polícia Civil e vê em que pé está o inquérito. Faz o contato com o doutor Alexandre Takaschima e vê se é preciso manter lá um pouquinho mais preso, às vezes.

Então a gente acaba tendo uma visão um pouco melhor da situação. Naquela visão de que às vezes não chegou ainda no Poder Judiciário, a gente acaba dando esse suporte, pedindo mais atenção aos casos que são mais graves e com certa urgência. A gente, que está ali na ponta, consegue ver a importância da integração da Rede, que tem dado muito resultado e tem trazido uma confiança maior a essas mulheres. E elas estão tendo mais coragem de denunciar por conta disso. Até a questão daquelas que não tem coragem. Hoje, temos bastante parcerias com os CREAs, com os CRAs, Unidade Básica de Saúde, porque as vezes a mulher não tem coragem de ir na delegacia, ou de ir até a polícia. Então, ela denuncia por esses meios e a gente está sendo bem parceiros deles também. Fazemos atendimento, às vezes no CREAs, no CRAs. Então, a mulher não é vista e está sendo resguardada. E isso tem feito bastante diferença.

Queria parabenizar toda a Rede e dizer que para mim é uma satisfação bem grande e eu estou bem contente com esse trabalho. Eu tenho certeza que vamos poder ajudar muito mais mulheres. Obrigada.

 **A SRA.** **PATRÍCIA** **MARIA ZIMMERMANN D’ÁVILA** – Soldado Camila, quero te dar os parabéns, porque quando eu digo que nós mulheres policiais ocupamos o nosso espaço, sendo mulheres, é um empoderamento para as outras também, pois é uma profissão que antigamente era restrita apenas aos homens. E como é importante a participação feminina nos órgãos de segurança. Eu me esqueci de comentar e de pedir para comentar, acho que talvez o doutor Alexandre Takaschima saiba, a Desembargadora Salete, através do Tribunal de Justiça, está trazendo para Santa Catarina o aplicativo “Salve Maria”. O aplicativo “Salve Maria” foi desenvolvido no Estado do Piauí e tem algumas funcionalidades. O “Salve Maria” vem gratuito para o Estado de Santa Catarina. Então, o Estado não precisa ter nenhum gasto financeiro com esse aplicativo. Ele já está na plataforma *Google* e nas outras plataformas, já é conhecido. Com o Estado do Piauí, já temos cinco Estados usando esse aplicativo. Santa Catarina passaria a ser o sexto Estado a usar. Ele tem um nome muito importante, e o nome já diz tudo. Dentre os botões da funcionalidade, tem o botão das orientações, de como usar, as instruções de uso. Qualquer pessoa pode baixar esse aplicativo. Tem o botão da denúncia anônima, isso que nos chamou a atenção, enquanto polícia civil é muito importante. Então, se a minha vizinha, se alguém está sofrendo violência, se eu tenho conhecimento e posso denunciar, vai para a delegacia de polícia que faz essa investigação. Tem o botão do pânico: se eu estiver vendo uma mulher apanhar na rua posso acionar o botão do pânico. Se eu for vítima de violência doméstica, posso acionar o botão do pânico. Ele dá o georeferenciamento, tem a possibilidade de gravar áudio, proporciona que a Polícia Militar consiga chegar. No Piauí, trabalham juntas a Polícia Civil e a Polícia Militar. Então, faz esse atendimento de urgência e emergência.

[*Transcrição: Taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

E eles estão trabalhando agora na funcionalidade do descumprimento de medida protetiva de urgência, que é o botão que [liga] com o Tribunal de Justiça. O que a gente viu de importante, doutor Takaschima? Em um único aplicativo se integra comunidade — porque qualquer pessoa pode fazer a denúncia —, Tribunal de Justiça, Polícia Civil, e Polícia Militar. As Guardas Municipais dos Municípios, onde têm, entram como parceiras nesse atendimento de emergência. E é importante, porque se vê muitos aplicativos de instituições diferentes, de órgãos diferentes. Aí a gente tem mil aplicativos para fazer a mesma coisa. Não. A ideia é usar uma única plataforma, uma única ferramenta. A Lei Maria da Penha é uma [ferramenta] e é muito conhecida. Então é a gente usar essa instrumentalidade para agregar tanto o sistema de Justiça quanto os órgãos de segurança pública e a comunidade. E quem tiver curiosidade coloque na internet: “aplicativo Salve Maria Piauí” e veja o resultado positivo que ele já tem colhido lá. Era isso o que eu tinha esquecido de falar.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** – Com a palavra o soldado Marlon Patrick Antunes, da Rede Catarina.

**O SOLDADO MARLON PATRICK ANTUNES** – Boa tarde a todos, boa tarde a todas. Na verdade, eu queria somente agradecer a toda equipe que está trabalhando junto com a gente. À equipe da dona Marli, já que a gente praticamente trabalha lá na Secretaria da Mulher. Choramos juntos. Eu já chorei algumas vezes lá dentro da Secretaria, porque pegamos vários casos que envolvem crianças e mulheres que estão sofrendo há muitos anos. Mas temos a felicidade de ver que o trabalho está funcionando. Nem sempre conseguimos que a vítima saia daquele ciclo de violência, porque às vezes ela retorna, mas a maioria das mulheres está conseguindo sair desse ciclo e está tendo uma vida digna, uma vida feliz novamente.

O nosso trabalho na Rede Catarina só está funcionando por causa da parceria com a Secretaria da Mulher, doutor Takaschima, a Polícia Civil, todo o pessoal que está envolvido. A visita ao agressor está sendo muito importante, porque a gente está conseguindo conversar com ele, explicar para ele sobre as penalidades que ele vai ter. Eu sempre falo assim: “você entendeu o que está ali no ofício, o que o Juiz determinou para ti? Que você não pode se aproximar? Então não é brincadeira. Se você não cumprir a gente vai aplicar a lei”. Então eles estão entendendo, a maioria. Como o Major falou, 5% não cumpriram, e esses 5% foram presos. Com certeza agora eles vão pensar dez vezes antes de cometer o delito novamente.

Heróis são todos vocês que estão trabalhando nessa equipe, que deram esse pontapé [inicial], essa iniciativa. Não somos nós. Se não fossem todos vocês, não estaríamos tendo esse sucesso, esse trabalho que está sendo bem gratificante para nós. Qualquer coisa pode contar com a Rede Catarina. Uma boa tarde a todos. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** - Com a palavra a senhora Adriana Lopes, fisioterapeuta e técnica de enfermagem.

**A SRA. ADRIANA LOPES -** Boa tarde a todos. Hoje, quando eu cheguei aqui a essa Casa, me perguntaram a quem vim representando. Eu vim representando as mulheres, me representando, representando a família. Por quê? Porque hoje, quando vi que ia acontecer essa audiência, recordei que há muitos anos eu vivi isso na minha casa, na casa dos meus pais, onde muitas vezes meu pai chegava bêbado e colocava todo mundo para correr. Era aquela correria para todo lado, quando a gente conseguia tirar todos os irmãos. Uma vez ficou uma. Quando estava muito bêbado, ele tacou fogo na casa. Não tínhamos nada, ficamos sem nada. Já não tínhamos nada e ficamos sem nada. E ficou aquela filha lá. Ele correu nos vizinhos e disse assim: “Ah, comadre, taquei fogo na casa. Só essa aqui ficou comigo, essa aqui é minha”. Não foi ela que ficou, foi porque ela não conseguiu correr. (*Emociona-se.*) A gente não conseguiu tirar ela. Então hoje eu vivi essa cena novamente. Vendo aqueles vídeos eu recordei tudo, tudo. Chorei sozinha aqui perante a multidão, mas foi por uma causa boa, porque eu vi que hoje já aconteceram muitas evoluções.

Hoje eu tenho uma família na qual estou bem estruturada, graças a Deus. Meu esposo é militar aposentado, tenho uma formação, tenho uma filha que também tem uma formação, trabalha no Judiciário. E eu estou em meio à multidão, onde muitos não me enxergam, e também estou fazendo o meu serviço. Vocês fazem parte da Rede Catarina, e eu também faço, sem vocês saberem. Eu estou escutando as famílias onde visito. Estou em uma reunião, em outra. Muitos fazem o desabafo, eu estou lá escutando, chego e faço minha denúncia, sem muitos saberem, sem me identificar. Faço parte da Rede Serra AVC também, na qual faço um trabalho voluntário. Trabalho em dois hospitais aqui da nossa cidade, onde muitas amigas... Eu abraço a causa, escuto, muitas noites choramos juntas — porque eu trabalho à noite — e dou umas ideias. Muitas vezes pergunto: “Posso denunciar? ” Elas: “Não sei, não sei se você pode denunciar, porque ele vai me matar”. Tudo isso que vocês falaram, eu vivo. Vivo junto com elas, escutando, abraçando. Muitas vezes eu até tento fazer alguma coisa. Quando eu não consigo, não está em minhas mãos, eu levo às fontes mais fortes e digo: “gente, abracem essa causa, me ajudem. Eu vou dar o nome da pessoa que está sofrendo. Façam alguma coisa por mim”.

Então, hoje eu vim representando a mulher, representando a sociedade. Graças a Deus, hoje eu tenho uma família estruturada, mas eu já passei por isso. Eu olho e volta todo aquele filme. Era isso que eu tinha para dizer.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** – Parabéns pela coragem de vir aqui e compartilhar conosco essa experiência, que mostra que o que nós estamos fazendo e principalmente o que faz cada órgão aqui, a Secretaria, e cada um de vocês que trabalha nessa causa. O que está sendo feito é muito, mas ainda é um pouco diante dos desafios que a gente ainda tem. Sem dúvida nenhuma, já se evoluiu muito, se tem muitas pessoas trabalhando para melhorar essa situação, mas muitas coisas ainda podem ser feitas e serão feitas. Depoimentos como o seu nos dão a coragem, a vontade e a responsabilidade de fazer cada vez mais para que esses tipos de situações não aconteçam. Então, parabéns pela sua coragem de compartilhar essa experiência aqui com a gente.

O doutor Takaschima quer fazer uma consideração.

**O SR.** **ALEXANDRE KARAZAWA TAKASCHIMA** – Eu já comentei com a Bernadete, inclusive eu quero marcar uma reunião da nossa Rede, mas só para já lançar o problema para o grupo: duas mulheres vieram reclamar que nos autos estava o endereço novo delas. Via de regra, a grande maioria das mulheres tem ficado na residência e nós estamos afastando os agressores, mas teve alguns casos em que as mulheres saíram da residência, foram para outros locais e atualizaram o endereço. Como o processo é sigiloso para terceiros, mas não para o agressor, ele tem acesso aos autos. Nós temos que, como coletivo, talvez pensar em uma forma. Eu pensei na questão da testemunha protegida, mas enfim, alguma forma de nesses casos, em que há mudança de domicílio da vítima, salvaguardar nos autos as informações sobre o novo endereço. O que juntar aos autos, estudo social, boletim de ocorrência, onde constar o endereço o agressor vai ter esse tipo de informação. Eu estou pedindo para a Maiara para a gente tentar fazer uma reunião. Essa é uma das pautas que eu gostaria. Quando mencionaram a questão das vítimas, esse temor das vítimas, eu me recordei que um dos temores da vítima é justamente informar o novo endereço e o suposto agressor ter [acesso a] essa informação.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** – Acho que encerramos aqui por hoje, mas faço questão de me levantar e agradecer a cada um de vocês: doutor Renan, doutora Maeve, doutora Patrícia, doutor Takaschima, Fábio, Secretária Marli, a todos os outros que estiveram aqui,e a todos vocês que deram a sua contribuição aqui hoje.  Ouvindo vocês aqui, fiquei pensando — alguém antes falou aqui — como é triste, mas ao mesmo tempo gratificante saber que de alguma forma a gente pode contribuir. Também nós, enquanto Assembleia Legislativa, e para quem não sabe é o meu primeiro mandato, e essa experiência para mim também está sendo libertadora, porque eu também morava no interior. Graças a Deus na minha casa nunca sofremos nenhum tipo de violência, mas acompanhei vários casos de vizinhas, de pessoas conhecidas que passavam por isso, e naquela ocasião não se falava sobre esse assunto. Faz muito tempo já, então era normal, a gente via isso acontecer. Eu nunca achei normal, mas as pessoas tratavam como um assunto de família. Diziam: “em problemas de marido e mulher não se mete a colher”. E hoje eu tenho a oportunidade de, como Deputada, fazer a minha parte, fazer alguma coisa. Pode não ser como vocês, porque para mim todos vocês são heróis. Olho para todos vocês como pessoas que eu não chego aos pés, porque vocês fazem um trabalho maravilhoso, vocês são pessoas que fazem a diferença na sociedade. Mas, talvez eu, enquanto Deputada [também] possa, através da Comissão de Direitos Humanos, comandada pela Deputada Ada de Luca, que já trabalha por essa causa há muitos anos também e que não está aqui hoje porque tinha outra atividade parlamentar para fazer, mas que nos apoia em todas as ações que a gente faz. Acho que a Assembleia Legislativa, através da Comissão de Direitos Humanos, pode ser esse elo. De tudo isso que eu ouvi hoje, posso resumir que o que ficou para mim é que as ações têm que ser integradas. Cada órgão faz muito. Cada um faz as suas atividades com esmero, com dedicação, com toda competência, dentro daquilo que tem condições de fazer. Mas, talvez, o que a gente realmente precise fazer é o que a doutora Cibelly, que é uma pessoa pela qual eu também tenho uma admiração imensa e é a primeira Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas de Santa Catarina — o que é um orgulho para nós mulheres também — propôs e nos apresentou: um grupo de trabalho para que a gente possa discutir isso tecnicamente também. A gente pode criar essa rede efetiva, que possa integrar essas ações, para que cada um, no âmbito da sua competência, possa conversar com os outros parceiros e que cada vez mais a gente possa trabalhar.

Nesse momento, respondendo aqui à Marilce, estamos tratando especificamente dessa questão de violência contra a mulher, mas [devemos] também tratar de outras formas de violência, sempre em rede, sempre construindo s,oluções conjuntas. Porque ninguém faz nada sozinho, e se a gente não trabalhar em conjunto eu não vejo como encontrar soluções mais efetivas.

Então, agradeço de coração a cada um de vocês que veio aqui hoje. Aprendi muito aqui e para mim todas essas audiências públicas estão sendo [ótimas]. Eu fico com uma pena imensa que aqui não tenha mais pessoas. Talvez nós, Bernadete, estejamos errando na forma de fazer o contato, não sei, temos que repensar isso também. Eu estou muito feliz, porque estou aprendendo muito. Mas eu acho que [poderia] ter muitas pessoas, Prefeitos, Vereadores, Secretários Municipais, Secretário da Educação, porque esse é um problema que nós temos que trabalhar com muita seriedade. Eu já pedi uma audiência com o Secretario Estadual da Educação e acho que todos os Secretários Municipais da Educação deveriam estar aqui participando, porque nós temos que discutir esse assunto nas nossas escolas, com os nossos alunos. Nós temos que discutir esse assunto com as nossas famílias, porque esse é um assunto que tem que ser discutido em casa, para que as crianças primeiro saibam o que é violência. A gente tem muito desconhecimento com relação a isso ainda. As próprias mulheres não sabem, como foi falado aqui, que, às vezes, são vítimas de violência psicológica.

 Então, nós precisamos falar sobre esse assunto. Hoje, enquanto Parlamentar, talvez o que eu mais possa fazer é falar sobre esse assunto. Vocês têm as ferramentas de ação no seu dia a dia. A minha ferramenta é a voz, é a minha capacidade de falar, de fazer isso chegar ao cidadão, às pessoas e aos órgãos responsáveis. Mas eu acho que a educação seja talvez uma das áreas mais importantes que a gente tenha que trabalhar, não em curto prazo, mas em médio e em longo prazo. As Prefeituras da região, que deveriam estar aqui, as Secretarias que deveriam estar aqui, pena que não estão.

Mas a gente vai continuar conversando, a gente vai continuar indo atrás, a gente vai continuar trabalhando, e eu posso dizer para vocês que essas audiências públicas estão sendo muito importantes para mim, como aprendizado. Como é o meu primeiro mandato, eu tenho muito que aprender ainda. Um aprendizado de tantas coisas está sendo feito, quantas pessoas trabalham com afinco, com seriedade? O doutor Takaschima, para mim, é uma referência. Muitas pessoas falam do seu trabalho, tenho ouvido muito já. A Doutora Patrícia, que eu conheci agora e já sou sua fã, já vou fazer uma carteirinha de fã, pelo seu trabalho, pela sua atuação competente por essa causa e por todas as causas que a senhora trabalha.

 E [quero] dizer que todas as contribuições que vocês puderem dar também, não só nesse caso específico, mas de sugestões, de contribuições e de críticas ao nosso mandato, fazem a diferença, nos ajudam e nos fazem crescer. Então muito obrigada pela presença de cada um de vocês. Diga...

(*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: inaudível.*)
Desculpa! Que bom. Parabéns por estarem aqui! Aqui vocês já têm essa ação e acho que a gente pode replicar nos outros Municípios. Hoje, uma das coisas mais importantes aqui foi a gente conhecer um Município que já tem uma rede trabalhando. Acho que uma das ações que a gente pode fazer é replicar isso nos outros Municípios para que cada vez mais os Municípios trabalhem em rede, de forma conjunta, porque é isso que dá resultado prático na vida das pessoas.

 Muito obrigada a cada um de vocês, mais uma vez. Foi uma honra para mim tê-los aqui hoje, aprender com vocês e poder replicar essa experiência por onde a gente passar nas próximas audiências públicas e em todas as nossas atividades parlamentares. Agradeço também à Câmara de Vereadores por nos ceder o espaço. Esteve aqui o Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Lages, Vereador José Amarildo Farias. O setor de eventos da Casa, a Simone e a equipe. Aqui no plenário também, obrigada ao Jonathan, ao Marcos e ao Élcio, que nos ajudaram nessa tarde inteira, muito obrigada pela parceria de vocês. (Boa noite a todos)

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a audiência pública. Muito obrigada, boa noite a todos. (*Palmas*.) (*Ata sem revisão dos oradores*.)

 [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

**DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER**

**PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**